

ABMES **CADERNOS** *Prêmio Top Educacional Mário Palmério 2010*



ABMES **CADERNOS**

| 21

Prêmio Top Educacional Mário Palmério 2010



21

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior



Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2010



ABMES **Cadernos** **21**

Presidência

Presidente
Gabriel Mario Rodrigues

1º Vice-Presidente

Carmen Luiza da Silva

2º Vice-Presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes

3º Vice-Presidente

José Janguié Bezerra Diniz

Conselho da Presidência

Candido Mendes de Almeida
Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco
Vera Costa Gissoni
Terezinha Cunha
Paulo Antonio Gomes Cardim
André Mendes de Almeida
José Eugênio Barreto da Silva
Eduardo Soares Oliveira
Valdir Lanza
Wilson de Mattos Silva
Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo
Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza
José Antonio Karam
Fernando Leme do Prado
Daniel Castanho

Conselho Fiscal

Titulares

Julio Cesar da Silva
José Loureiro Lopes
Luiz Eduardo Possidente Tostes
Marco Antonio Laffranchi
Cláudio Galdiano Cury

Suplentes

Elizário Pereira Rezende
Jorge de Jesus Bernardo

Diretoria Executiva

Diretor-Geral
Fabrício Vasconcellos Soares

Vice-Diretor-Geral
Sérgio Fiuza de Mello Mendes

Diretor Administrativo
Décio Batista Teixeira

Diretor Técnico
Antonio Carbonari Netto

Diretor Executivo
Sólón Hormidas Calas

Diretora Acadêmica
Cecília Eugenia Rocha Horta

Organização e coordenação editorial

Cecília Eugenia Rocha Horta

Capa

Marisa Maass e Matheus Gorovitz

Revisão

Luciana Pereira de Arruda Silva

Editoração Eletrônica

Valdirene Alves dos Santos

Associação Brasileira de Mantenedoras de
Ensino Superior (ABMES)
SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526
Edifício Torre do Pátio Brasil Shopping
70 330-911 Brasília DF
Tel. 61-3322-3252 Fax 3224-4933
www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

P925 Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2010 / Cecília
Eugenia Rocha Horta, organizadora. – Brasília : Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior, 2011.
82 p. ; 21 cm. – (Cadernos ABMES ; 21)

Inclui bibliografia
ISSN 1516-618X

1. Ensino superior - prêmio. 2. Ensino superior – estudos. 3. Ensino
superior – desenvolvimento. I. Associação Brasileira de Mantenedoras
de Ensino Superior. II. Horta, Cecília Eugenia Rocha.

CDU 378.06.068

Sumário



Apresentação..... 05

**Rede Produtiva no Aglomerado da Serra: *Design*
Militante, Extensão Universitária e Tecnologia Social..** 09

Natacha Rena

Bruno Oliveira

**Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso
do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza....** 35

Siulmara Cristina Galera

Magda Moura de Almeida

Rosina Ribeiro Gabrielle

Luciana Passos Aragão

Lara Ribeiro Santiago Freitas

João Bastos Freire Neto

Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim 47

Lília Maia de Moraes Sales

Mariana Almeida de Sousa

Apresentação



Gabriel Mario Rodrigues *

O Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério 2010, em sua 18ª. edição, premiou projetos voltados para a valorização do ser humano, por meio de ações de resgate de sua dignidade e de valorização do seu lugar na sociedade.

O projeto “Rede Produtiva de *Design* e Artesanato no Aglomerado da Serra” mereceu o primeiro lugar, sendo as menções honrosas conferidas aos projetos “Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim” e “Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso”.

As ações premiadas envolveram a capacitação de pessoas visando ao estabelecimento de um processo integrado e sustentável de planejamento, gestão e produção de objetos com alto valor agregado; a capacitação de trezentas mulheres em direitos humanos e mediação de conflitos, especialmente para o atendimento de jovens infratores; e a formação e capacitação de profissionais de forma adequada para o trabalho em instituições de longa permanência para idosos.

* Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor da Universidade Anhembi Morumbi.

O “Rede Produtiva de *Design* e Artesanato no Aglomerado da Serra”, coordenado pela Professora Natacha Silva Araujo Rena e apresentado pela Universidade Fumec, Belo Horizonte/MG, abrange um conjunto de vilas e favelas da cidade, a partir da reaplicação da tecnologia social desenvolvida pela iniciativa extensionista “Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra –Asas” do curso de *Design*.

Atualmente o Asas possui três subprojetos em andamento: “Asas Aglomeradas” – constituído de oficina completa de estamparia com artesãos capacitados em estamparia, encadernação e costura; “Asas Meninas do Cafezal” – núcleo produtivo que visa a desenvolver peças de modelagem, costura e bordado experimentais; e “Asas Serra de Bambu” – congrega artesãos capacitados na construção de móveis e produtos a partir do bambu *in natura*.

A idéia deste novo ciclo de capacitação é efetivar a criação de uma rede produtiva entre os três projetos, ampliando o mercado e qualificando os produtos desenvolvidos pelos núcleos produtivos. O projeto realiza atividades de capacitação e oficinas que visam ao estabelecimento de um processo integrado e sustentável de planejamento, gestão e produção de objetos com alto valor agregado.

O projeto “Mulheres da Paz” da Universidade de Fortaleza, coordenado pela Professora Siulmara Cristina Galera, capacitou em direitos humanos e mediação de conflitos trezentas mulheres moradoras do Bairro Grande Bom Jardim, eleito pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) como “Território de Paz”.

As mulheres trabalharam com jovens infratores, envolvidos com drogas e crimes, visando a encaminhá-los para projetos sociais (artes, esportes e cursos profissionalizantes) como também acompanhá-los nas atividades desenvolvidas.

O curso de capacitação das “Mulheres da paz” trouxe conhecimentos técnicos e provocou mudanças fundamentais na vida de cada uma das mulheres. Os testemunhos delas sobre o impacto do curso nas suas vidas destacam o fim da violência doméstica e da prostituição; a valorização pessoal; a vontade de voltar a ter sonhos; o sentimento de dignidade; o aumento da autoestima e as mudanças de suas concepções sobre a juventude, a lida com os filhos e o respeito aos adolescentes, além de prepará-las para o mercado de trabalho.

Atenta à questão e referenciada pelos textos escritos pelas mulheres, a Unifor elaborou o projeto “Flores do Bom Jardim”. O termo “Flores” faz referência às mulheres e “Bom Jardim” ao lugar em que vivem. Pretendeu-se com o projeto promover novos cursos profissionalizantes – telemarketing e auxiliar administrativo – e cursos preparatórios para o vestibular, iniciados em fevereiro de 2011. Depois de dezessete meses, com resultados positivos, o projeto terá continuidade de forma mais ampla, como o próprio nome indica: “Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim”.

O projeto “Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso” do curso de Medicina da Unifor desenvolve-se sob a coordenação da Professora Lilia Maia de Moraes Sales.

Sabe-se que o envelhecimento populacional brasileiro nas últimas décadas é acompanhado por transformações epidemiológicas e sociais que chamam a atenção para a necessidade de criação de instituições de longa permanência para idosos.

Para assegurar que a população idosa tenha um atendimento de excelência, é fundamental a formação e capacitação de profissionais de forma adequada. Para tanto, o projeto implantou o estágio supervisionado (internato) na área de “Atenção à Saúde do Idoso” para estudantes do Curso de Medicina, tendo como cenário principal de prática uma instituição de longa permanência para esse tipo de população.

Os resultados foram surpreendentes na formação social e humanista dos internos/estagiários; na atuação destes em equipes interdisciplinares e no desenvolvimento de habilidades técnicas com impactos importantes na melhoria das condições de atendimento aos idosos.

A ABMES orgulha-se dos projetos premiados que se constituem referências importantes para o desenvolvimento de experiências similares em outras instituições de ensino superior do país.

Brasília, 31 de maio de 2011.

Rede Produtiva no Aglomerado da Serra: Design Militante, Extensão Universitária e Tecnologia Social

Natacha Rena¹
Bruno Oliveira²

Introdução

O projeto de extensão “Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra” (Asas) surgiu em 2007 com o objetivo geral de criar uma oficina de estamparia em uma escola municipal na Favela da Serra. Nos primeiros anos do projeto, foi constituído um grupo criativo e produtivo denominado “Asas Aglomeradas” e, depois de quatro anos, tornou-se programa extensionista da Universidade Fumec. Atualmente, tem como característica o desenvolvimento contínuo de projetos multidisciplinares interrelacionando ensino, pesquisa e extensão. Por intermédio de projetos construídos em parceria com a comunidade do Aglomerado da Serra, equipe de professores, alunos e técnicos, o Asas busca consolidar tecnologias

¹ Professora titular da Universidade Fumec. Professora adjunta da Escola de Arquitetura da UFMG. natacharena@gmail.com

² Colaborador. Professor titular da Universidade Fumec. Professor adjunto da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

sociais reaplicáveis de geração de renda, que atuem em uma perspectiva contemporânea da intersecção entre o *design*, a arte e o artesanato. Hoje os projetos, partes de um programa, possuem uma metodologia específica voltada para a geração de renda e o empoderamento de comunidades. Ao longo deste artigo, iremos explicitar o histórico acadêmico que culminou na criação do “Programa Asas”, assim como a metodologia adotada e seus parâmetros conceituais e políticos.

História das ações acadêmicas que antecederam o Asas

Acreditando na relação essencial entre ensino, pesquisa e extensão e na importância do envolvimento das universidades com comunidades com alto índice de vulnerabilidade social, demos início, em 2003, a uma série de trabalhos com abordagens mais críticas e políticas do *design*. A primeira ação desenvolvida foi o projeto interdisciplinar de pesquisa “Táticas de sobrevivência”, baseado em um vasto levantamento de inventos – resultados das táticas e estratégias de sobrevivência – dos moradores da Vila Ponta Porã, favela pertencente à região central da cidade de Belo Horizonte. Construímos um catálogo de objetos e produtos do cotidiano que revelaram o enorme potencial criativo do cidadão comum, principalmente quando exposto a situações de precariedade econômica. A intenção foi traçar uma microcartografia de pequenas táticas de sobrevivência no cotidiano de homens comuns e sem qualidades. Documentamos as formas particulares de habitar e sobreviver desses moradores, que constroem um universo mágico

de “gambiaras” produzindo artefatos que esbarram nos limites da arte e do *design*.

Os trabalhos envolvendo capacitação em artesanato e *design* tiveram início em 2005, com o projeto de extensão intitulado “Sempre Savassi”, em parceria com a Câmara de Dirigentes Logistas de Belo Horizonte (CDL) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e com o envolvimento de diversas comunidades de artesãos. Durante a elaboração de uma metodologia adequada para a realização deste projeto, surgiu a demanda do desenvolvimento de uma pesquisa conceitual mais consistente sobre questões que envolviam o artesanato e suas relações com a arte e o *design*. Essa investigação resultou na criação do conceito de Artesanato Urbano, visando a classificar os produtos que seriam elaborados pelos membros da comunidade envolvidos nestes projetos.

No ano de 2006 foi realizado o projeto “Artesanato solidário no Barreiro”. A capacitação em artesanato e *design* teve como foco alguns grupos de terceira idade, no intuito de promover a melhoria da qualidade dos produtos artesanais já desenvolvidos por essa população nos núcleos produtivos existentes na região do Barreiro. Por meio da proposta de criação de uma coleção de almofadas – e contando com o apoio de diversas instituições parceiras (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; *United Institute of Technology* (Unitec / Nova Zelândia); Associação da Terceira Idade do Barreiro (Astib); entre outras) – foi oferecido um plano de capacitação com aulas, palestras, visitas técnicas e oficinas para aproximadamente 30 beneficiárias. No fim da capacitação foi lançado um catálogo do

projeto contendo a metodologia e as almofadas desenvolvidas³, denominado Coleção 9 + 1.

Participamos, em janeiro e julho de 2007, de expedições do Projeto Rondon, realizado pelo Ministério da Defesa. Por meio de diversas ações nas cidades de Assis Brasil e Jequitaiá, buscou-se desenvolver um processo de capacitação em artesanato como forma de geração de renda para as comunidades, utilizando metodologia específica para a ação de transformação dos processos produtivos em curto prazo. A força expressiva dos produtos foi resultado de um trabalho que revelou tanto as singularidades de cada um dos artesãos quanto a contaminação mútua de um intenso trabalho coletivo.

Com o apoio da Universidade Fumec e da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (Funadesp) também foi desenvolvida, em 2007, a pesquisa de iniciação científica “Artesanato Urbano”, com a qual pôde-se mapear alguns importantes projetos de capacitação em artesanato e *design* no Brasil. O objetivo principal foi analisar os projetos da forma mais completa, desde a concepção metodológica e o plano de sustentabilidade das ações e produtos, passando pelos resultados da capacitação (produtos), até a etapa de inserção dos grupos produtivos no mercado, buscando verificar a eficácia da atuação dos *designers* junto às comunidades de artesãos e entender até que ponto os projetos realmente empoderavam seus beneficiários.

Além da atuação em pesquisa e extensão, foi surgindo aos poucos uma forte demanda, por parte dos alunos da graduação, por uma disciplina que pudesse oferecer um instrumental teórico contendo

³ RENA, Natacha (ORG.). Coleção 9 + 1. Belo Horizonte: Editora Faculdade de Engenharia e Arquitetura FEA – Universidade Fumec, 2008.

uma abordagem crítica para a construção e o desenvolvimento de projetos nessa área. Criou-se então a disciplina optativa Artesanato e *design*, visando a instigar a reflexão teórica sobre a relação entre *design*, artesanato, arte e política, e preparar o aluno de *design* para que ele possa se tornar um profissional com potencial ativo para atuar em programas de capacitação em artesanato e em projetos de gestão cultural com caráter social.

Também durante o ano de 2007 se iniciaram as atividades do Projeto “Asas Aglomeradas”. Logo após ter sido aprovado pela Pró-Reitoria da Extensão (Proex) da Universidade Fumec, o projeto foi submetido ao Prêmio Universidade Solidária (Unisol) Banco Real e, como reconhecimento do trabalho e das metodologias de reposicionamento social desenvolvidas por meio de iniciativas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, o projeto ficou entre os dez premiados no concurso Banco Real Universidade Solidária, com o tema Desenvolvimento Sustentável e ênfase em geração de renda. O prêmio de R\$ 40 mil foi um incentivo para a implementação do plano de capacitação ao longo de um ano. Em 2009, a parceria foi renovada e o projeto Asas recebeu mais R\$ 40 mil para complementar as atividades e adquirir novos equipamentos para a oficina de estamperia construída no aglomerado da Serra.

Um primeiro catálogo indexado foi lançado⁴ – “Asas: Artesanato Solidário no Aglomerado da Serra” – contendo artigos dos professores envolvidos, metodologia utilizada no projeto, depoimentos dos alunos, funcionários e dos artesãos capacitados, além dos produtos da primeira coleção desenvolvida.

⁴ RENA, Natacha.; PONTES, Juliana. (ORGS.) . *Asas – Artesanato solidário no aglomerado da Serra*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade FUMEC, 2009.

O Asas hoje

Atualmente, o Asas é um programa de extensão da Universidade Fumec e, ao mesmo tempo, agencia uma rede criativa e produtiva no aglomerado. Este programa possui três projetos em andamento: o “Asas Aglomeradas”, que possui uma oficina completa de estamparia e uma equipe de artesãos capacitados em estamparia, encadernação e costura; o “Asas Meninas do Cafezal”, iniciado no segundo semestre de 2010, que é um dos núcleos produtivos da rede com o objetivo de desenvolver peças de moda a partir de modelagem, costura e bordado experimentais, além de possuir um núcleo de produção de moda e modelo; o “Asas Serra de Bambu”, que possui artesãos capacitados no manejo do bambu e na construção de móveis e produtos a partir do bambu *in natura*. No segundo semestre de 2010 iniciou-se um novo ciclo de capacitação para efetivar a criação de uma rede produtiva englobando os três projetos. No fim do ano de 2010, a Rede Produtiva foi vencedora do Prêmio Santander Universidade Solidária e contou com mais R\$ 50 mil, além de acompanhamento constante do grupo Unisol/Santander, tanto para orientação de questões relacionadas à metodologia quanto para o desenvolvimento de diversas ações relacionadas à gestão de projetos socioambientais.

Acredita-se que estas novas propostas irão dar mais visibilidade às ações e ampliar o mercado e o valor agregado dos produtos desenvolvidos, além de diversificar as peças e aumentar o número de artesãos envolvidos. O Asas tem realizado atividades de capacitação voltadas para o empoderamento técnico e criativo dos beneficiários, assim como oficinas que visem ao estabelecimento

de um processo integrado e sustentável de planejamento, gestão e produção de objetos com alto valor agregado entre os diversos núcleos produtivos envolvidos na iniciativa. A equipe do projeto se tornou verdadeiramente multidisciplinar e conta com alunos e professores dos cursos de *Design* de Interiores, *Design* de moda, *Design* Gráfico, Arquitetura, Engenharia Ambiental, Psicologia, Administração e Ciências Contábeis, o que garante maior diversidade de ações e aprendizado transdisciplinar, mais rico e colaborativo.

Como atividade acadêmica complementar e necessária para o aprimoramento dos projetos de extensão do programa Asas, iniciou-se em agosto de 2010 uma pesquisa denominada “Desenvolvimento de Tecnologia Social para Realização de projetos de Capacitação em Artesanato e *Design* tendo o projeto “Asas Aglomeradas” como estudo de caso”, com objetivo de avaliar a metodologia utilizada nos projetos de capacitação, principalmente no “Asas Aglomeradas”, e gerar diretrizes para novos projetos. O objetivo da pesquisa é investigar o processo criativo coletivo e colaborativo desenvolvido no Asas e parte da hipótese de que é possível identificar e listar características e procedimentos que contribuam positivamente para capacitar e formar multiplicadores do conhecimento adquirido.

O local e a comunidade

Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelos menos um terço da população urbana global. (DAVIS, 2006, p. 34)

O desenvolvimento de projetos socioambientais no Aglomerado da Serra é a proposta de um dos programas de extensão priorizados pela Universidade Fumec, principalmente pelo fato de estar territorialmente próximo ao *campus* universitário. Portanto, a escolha do local faz parte de uma estratégia acadêmica criada pela gestão dos setores de pesquisa e extensão na universidade. Dada a amplitude das ações desenvolvidas, a metodologia consolidada e documentada pela equipe envolvida e o reconhecimento da iniciativa pela comunidade acadêmica como um programa de extensão da Universidade Fumec, espera-se que diversos outros projetos sejam realizados no Aglomerado da Serra, seguindo as mesmas diretrizes de atuação do Asas.

O conjunto de vilas e favelas denominado Aglomerado da Serra está localizado dentro da região sul da cidade, em um dos setores residenciais de mais alto poder aquisitivo da cidade de Belo Horizonte, onde também se encontra a Universidade Fumec. Possui uma grande dimensão⁵, o que dificulta ações eficazes em todo o seu território de combate aos diversos focos de violência e de disputa territoriais de grupos ligados ao tráfico de drogas. A proposta tem como ênfase a atuação em associações comunitárias e principalmente escolas municipais e teve como origem um projeto-piloto em uma escola específica. A falta de infraestrutura, recursos materiais e capital humano nas escolas municipais é ainda um grande empecilho para que elas sustentem projetos de inserção econômica e capacitação profissional adequados à realidade

⁵ O aglomerado possuía, em 1999, segundo dados da Urbel, uma população total por volta de 37.641 habitantes; segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social, 45.920 pessoas; e, segundo o jornal *Estado de Minas*, 160.000 habitantes.

social e às demandas do mercado de consumo e serviços. Nesse sentido, parcerias com universidades podem auxiliar, e muito, na implementação de projetos de extensão que rendam frutos evidentes, inclusive a curto prazo.

Dentro da comunidade escolhida o foco da ação do projeto “Asas Aglomeradas” foi na Escola Municipal Padre Guilherme Peters⁶. A escola pertencente à Vila Novo São Lucas tem procurado parcerias para que seus alunos possam se apropriar de novos conhecimentos e tecnologias que os ajudem a enfrentar as novas dinâmicas educacionais e de trabalho. Além de possuir turmas de alunos da educação infantil até a nona série do ensino fundamental, possui também, no turno da noite, turmas de educação de jovens e adultos (EJA). Muitos programas parceiros têm aberto novos horizontes para esses alunos, que na sua maioria estão distantes de exercer uma atividade econômica por falta de capacitação específica.

O projeto “Vila Viva”, da Prefeitura de Belo Horizonte, considerado um dos maiores projetos de urbanização de favelas do país, se propõe a urbanizar o conjunto de vilas, ligando diretamente, por meio de grandes vias asfaltadas, duas regiões da cidade. Mesmo que haja um investimento na melhoria das condições de vida da população local e na sua inserção definitiva no cenário urbano formal, seria preciso repensar a real questão que impossibilita muitos moradores do lugar de terem acesso ao mercado de trabalho. A educação para todos e a capacitação profissional

⁶ Rua Coronel Jorge Dário, S/N. CEP 30.240-560 Bairro Novo São Lucas, Belo Horizonte

deveriam ser a base de qualquer projeto de inclusão social. Simplesmente oferecer melhores condições de habitabilidade (o que é, inclusive, bastante questionável, quando se vê o tipo de moradia que a prefeitura oferece aos moradores deslocados de suas residências originais⁷) não gera espontaneamente novas condições de trabalho e dinâmicas sociais mais justas. A região onde se encontra a Escola Municipal Padre Guilherme Peters é bastante afastada dos principais pontos de urbanização, determinando indiretamente um menor investimento na escola e em obras na sua adjacência. Esta situação acaba por gerar um desnível de oportunidades dentro do próprio aglomerado, acentuando ainda mais as questões ligadas ao desemprego, à violência e à exclusão social.

Na última pesquisa para a Prova Brasil o índice socioeconômico no aglomerado foi de 1.1, numa escala de 1 a 5. Além disso, outra justificativa para a escolha da Escola Municipal Padre Guilherme Peters como local de atuação é que esta foi uma das duas escolas de mais baixo índice socioeconômico da cidade, revelando uma enorme necessidade de melhorar a sua infraestrutura e estabelecer parcerias externas que complementem o processo educativo e respondam às demandas que a escola não pode atender sozinha.

⁷ O projeto “Vila Viva”, mesmo que ainda em execução, já torna visível o processo de gentrificação da localidade. Conjuntos residenciais de alto luxo já são planejados e se instalam em quarteirões inteiros nas proximidades do aglomerado da Serra.

Objetivos dos projetos envolvidos no Programa Asas

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo, simultaneamente, funcionalizações diferentes, quiçá divergentes e opostas. Esse acontecer simultâneo tem se tornado possível graças aos milagres da ciência, que cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares. (SANTOS, 1994, p.16)

O objetivo geral do programa Asas se constrói a partir do desenvolvimento de tecnologias sociais (TSs) reaplicáveis que, segundo Lassance e Pedreira (2004, p. 66), podem ser definidas como um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”. Baseadas na interseção entre ensino, pesquisa e extensão em *design* social e buscando promover autonomia criativa e produtiva de forma sustentável nas comunidades envolvidas, tais tecnologias consolidam a metodologia do projeto e incitam discussões que subsidiam políticas acadêmicas para uma prática atrelada à necessidade de um real empoderamento dos beneficiários. Além disso, demandam um grande número de alunos capacitados para atuar de forma mais colaborativa e menos autoral, proporcionando uma mudança de paradigma no meio acadêmico.

Existe uma enorme necessidade de desenvolvimento de parâmetros teóricos que possam nortear as ações no sentido de valorizar, para além do empoderamento econômico por si só, a identidade cultural de grupos e comunidades locais, promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas e potencializando a construção de uma identidade cultural compatível com o território e a época em que se produz o artefato. Agregar valor aos produtos por meio da coleta de informações que nutram a criação de iconografias, que revelem nos produtos, a localidade e a cultura de comunidades específicas faz parte do eixo metodológico adotado. Para que isso aconteça, ao longo de todo o processo, realizamos pesquisas sobre *design*, artesanato, arte e outras manifestações que refletem aspectos contemporâneos da capacitação em artesanato e *design*, que apresentem parâmetros da produção nacional e internacional e que possam auxiliar nas metodologias de criação e desenvolvimento de produtos.

Frutos de intensas pesquisas metodológicas, tais processos de capacitação que envolvem aulas teóricas intercaladas com oficinas criativas e técnicas são documentados por meio de textos para publicação indexada⁸, que no ano de 2010 foram lançados com a coleção na Loja Grampo. Os alunos são incentivados a pensar e pesquisar temas importantes para o universo do *design* contemporâneo, que envolvam não só a produção deste *outro design* como também transcendam o raciocínio positivista e industrial vigente na academia e que se encontrem na interface com

⁸ RENA, N. S. A. (ORG.) *Territórios aglomerados*. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2010. v. 1000.

parâmetros de responsabilidade social por meio do estabelecimento de vínculos com a comunidade, conectando de forma intensa as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Temas abordados durante a capacitação acabaram por contribuir para o bom desempenho das atividades de campo e do projeto como um todo; entre eles, destacou-se o desenvolvimento do trabalho coletivo focado em ações colaborativas, culminando em um processo mais organizado e produtivo e também na conscientização dos artesãos e alunos bolsistas da importância deste tipo de dinâmica de trabalho – tanto no processo criativo e produtivo quanto nos processos de gestão e planejamento. Tais temas também reafirmaram a relevância do empoderamento dos beneficiários e dos próprios alunos, obtendo como resultado processos de pesquisa e criação mais dinâmicos, mais democráticos e também mais inovadores sobre a percepção dos territórios subjetivos da favela (cidade informal) e da cidade formal como um todo. Essas discussões alimentaram tanto os temas das coleções, como o aprendizado da equipe em relação às formas, quanto os relacionamos com esses territórios desconhecidos e pouco experimentados por quem mora e vive na cidade formal.

Metodologia adotada nos projetos do Programa Asas

Essa definição que busca o desenvolvimento sustentável opõe-se ao modelo de desenvolvimento dominante, que promove a fusão de empresas, a concentração do capital e da renda, o aumento da desigualdade social, a exclusão social, a segregação urbana (...).

Mesmo nas épocas em que houve crescimento, não se reduziu a desigualdade. (...) Queremos um desenvolvimento que beneficie a grande maioria da população; queremos um desenvolvimento com distribuição de renda; queremos um desenvolvimento que seja um projeto identificado com as aspirações da população e sustentado por ela. (BAVA, 2004, p.110)⁹

O processo de capacitação da equipe constitui parte fundamental da metodologia e se constrói de forma continuada durante todo o período do projeto. As reuniões semanais envolvem, além de questões relacionadas aos problemas cotidianos, discussões sobre o embasamento teórico da proposta e a contextualização das ações realizadas pelo projeto. A troca de experiências, informações e referências durante o processo consolidam os parâmetros das ações (de ensino, de construção da coletividade, da proposição de maneiras de gestão do grupo na favela, dos eventos realizados) e viabilizam o estabelecimento de relações e propostas diferenciadas. A coordenação, no entanto, precisa ter consciência de seus limites; observar, quando necessário; agir firmemente; e deixar que os alunos tomem decisões e direções nas atividades junto à comunidade. Este é um limite tênue e extremamente difícil de ser atingido pelo professor, porque, devido ao sistema convencional de ensino no qual a maioria dos participantes foi formado, existe em geral uma relação forte de hierarquia e centralização por parte da coordenação. Tendo a coordenação assumido este posto de supervisão e orientação do processo, permitindo um maior

⁹ LASSANCE JÚNIOR, A. E.; PEDREIRA, J. S. "Tecnologias sociais e políticas públicas" In: *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

engajamento e autonomia dos alunos, estes últimos puderam participar mais diretamente do planejamento das ações e da própria capacitação dos artesãos na favela, propondo direcionamentos e delineando estratégias para o próprio projeto. Dessa forma, consegue-se compor um grupo de alunos presente e atuante e que se destaca por meio de iniciativas responsáveis e eficazes para o avanço do trabalho em direção aos objetivos propostos.

Ressalta-se aqui que a capacitação de alunos de *design* para trabalhar nesta interface com artesanato requer a revisão da maneira como o estudante de *design* é incentivado na academia a possuir um trabalho autoral. Esta ideia precisa ser diluída em projetos com foco em criação e gestão colaborativas para que os alunos compreendam na prática as dificuldades de se trabalhar em processos que visam ao desenvolvimento de estratégias de negociação e troca de conhecimentos.

É para a maioria dos alunos que entram no grupo uma novidade e um desafio ter como objetivo aprender com o outro, trocar experiências, negociar procedimentos para que possam surgir produtos que sejam realmente consequência de uma subjetividade coletiva, já que esta só se produz no embate cotidiano de ideias entre pessoas com origem social, cultural e econômica tão diversas.

A equipe executora do projeto se pautou constantemente pelo incentivo a ações colaborativas como possibilidade de trabalho, por meio de metodologias que incentivassem a autoria coletiva dos produtos. Percebeu-se que, de maneira indireta, essas práticas colaborativas reforçam a ideia de grupo, reafirmando uma

identidade local que, mesmo sendo híbrida e multifacetada, auxilia na consolidação de uma equipe criativa e produtiva mais coesa. A partir da utilização de tais metodologias experimentais ficou clara a importância da construção de novas estratégias de invenção a serem realizadas em projetos de capacitação em artesanato e *design*, tanto para o grupo de alunos (que precisa trabalhar coletivamente e pensar nas estratégias de ação do projeto como um todo) quanto para o grupo de beneficiários (que precisa entender a necessidade e a potencialidade que o trabalho coletivo pode trazer para a iniciativa).

Indicadores e avaliação dos resultados

Faz-se fundamental discorrer sobre a maneira como os indicadores de avaliação passaram a constituir um aspecto muito importante da metodologia do Asas. Tais indicadores fizeram parte do processo de trabalho estabelecido com a equipe do Unisol/Santander durante o acompanhamento das ações do projeto Asas Aglomeradas nos anos de 2008 e 2009. Incorporada de forma definitiva ao cronograma de atividades, a elaboração continuada dos indicadores enquanto parâmetro de avaliação de processos e resultados se tornou uma ferramenta crucial para o direcionamento das propostas de atuação, embasando as decisões e comprovando a eficácia ou não de tais procedimentos.

Entre os principais indicadores do Asas encontra-se a autonomia dos beneficiários e dos alunos, promovida por meio de ações que visam à consolidação dos grupos de forma coletiva e colaborativa. A autonomia dos beneficiários em relação à criação, à produção e ao

contato com clientes e fornecedores se faz tão importante quanto a formação de uma equipe executora de alunos proativos e dispostos a se apropriar das práticas do projeto. A partir da valorização das potencialidades individuais, propõe-se constituir grupos múltiplos que se fortaleçam por meio do desdobramento dos conhecimentos adquiridos e da autoria coletiva da produção.

Outros indicadores também relevantes durante o desenvolvimento do projeto são a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários diretos (participantes das oficinas) e indiretos (familiares, amigos e demais membros da comunidade), tendo como referências: a qualidade dos produtos desenvolvidos (avaliação dos lojistas e dos próprios beneficiários em relação ao acabamento e ao produto como um todo); a ampliação do repertório e o olhar crítico sobre a criação; a divulgação do projeto (que se dá diariamente via o blog criado: www.projetoasas.org); e, finalmente, a consolidação de novas parcerias que viabilizem a continuidade dos processos de capacitação.

Em 2010 o Asas foi finalista e venceu alguns prêmios muito importantes: Finalista no Concurso Planeta Casa da Editora Abril na Categoria Ação Social; Vencedor do Prêmio Objeto Brasileiro na Categoria Ação Social; Vencedor do Concurso de Projetos de Extensão Nacional Unisol/Santander com o Projeto Rede de produção artesanal no aglomerado; Vencedor do Prêmio Top Educacional Professor Mário Palmério, concedido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes). É claro que essas premiações revelam a seriedade com que estamos atuando com os projetos do programa Asas. Mas é preciso dizer que são

inúmeras as dificuldades e os problemas encontrados ao longo do percurso e que, para enumerá-los e discutir possíveis soluções, precisaríamos escrever um outro artigo.

Extensão universitária e design militante

Acredita-se que o artesanato é uma atividade com um elevado potencial no conjunto de ações que incentivam a elaboração de políticas para geração de renda e reposicionamento social. O *design*, aliado ao artesanato, pode se definir como eixo estratégico no desenvolvimento dos territórios, empoderando comunidades em estado de vulnerabilidade social e promovendo sua autonomia criativa e de gestão. Agenciar novas produções colaborativas de artesanato em locais onde não há uma cultura de técnicas de criação e de produção artesanal foi, e continua sendo, um dos grandes desafios deste projeto. Utilizando-se um conceito amplo de *design* social, inserido no raciocínio do conceito de tecnologia social, desenvolveu-se uma metodologia de criação que incitasse o trabalho coletivo e colaborativo, articulando processos inovadores que resultassem na construção de objetos contendo fortes características locais. O incentivo à elaboração de produtos com alto valor agregado surge em paralelo com o crescimento de um mercado de consumo responsável, que valoriza cada vez mais produtos com propostas estéticas contemporâneas alinhadas às tendências do universo do design sustentável e, ao mesmo tempo, produzido por comunidades de artesãos locais.

Acredita-se que os processos de criação, quando bem estruturados, possam incentivar a coletividade, possibilitando a união dos grupos e

a capacidade de trabalho colaborativo. Sabe-se que em comunidades socialmente vulneráveis é bastante difícil desenvolver um trabalho de integração devido às diferenças sociais vigentes. Como não existem metodologias publicadas e conhecidas de procedimentos coletivos e colaborativos em *design* e artesanato, pensa-se que é papel da universidade registrar, organizar, analisar e desenvolver informações que possam construir novas tecnologias sociais que auxiliem projetos nas áreas de *design* e geração de renda.

Por fim, acredita-se que seja necessário introduzir outras formas de lidar com o *design* que possibilitem novos parâmetros para a consolidação da produção de um campo expandido para essa disciplina para além do tecnicismo e do mercado de produção em massa, incentivando um desenvolvimento contaminado pelo cotidiano, pela arte, pela arquitetura, pelo urbanismo, e que possa existir de uma maneira mais social e política criando um ambiente para a existência de um *design* mais engajado e militante.

A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora. Esta é a forma pela qual nós e todos aqueles que se revoltam contra o domínio do capital nos reconhecemos como militantes. Militantes resistem criativamente ao comando imperial. Em outras palavras, a resistência está imediatamente ligada ao investimento constitutivo no reino biopolítico e à formação de aparatos cooperativos de produção e comunidade. Eis a grande novidade da militância atual: ela repete as virtudes da ação insurrecional de duzentos anos de experiência subversiva, mas ao mesmo tempo está ligada a um novo mundo, um mundo que não conhece nada do lado de fora. Ela só conhece o lado de dentro, uma participação vital inevitável no conjunto de estruturas

sociais, sem possibilidade de transcendê-las. Esse lado de dentro é a cooperação produtiva da intelectualidade das massas e das redes afetivas, a produtividade da biopolítica pós-moderna. Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião, um projeto de amor. (HARDT & NEGRI, 2001, p. 436)

Um dos pontos importantes a se compreender é que, em projetos sociais dessa natureza, os discursos idealistas e utópicos, mesmo que muito bem intencionados, são extremamente difíceis de ser concretizados. É preciso coragem e perseverança, dada a complexidade do encontro entre vidas com dinâmicas cotidianas tão diversas. Mesmo que seja fundamental pensar um projeto (ideal) com diagnóstico, objetivos, metodologia, cronograma, não há nenhuma garantia de resultados eficazes a curto prazo. O inesperado é uma constante; sendo assim, é necessário que haja uma grande flexibilidade nas ações e uma compreensão permanente da necessidade de se reinventar os processos, criando diferentes situações para as novas realidades que se apresentam.

É também muito importante dizer que, em casos de projetos de extensão universitária nos quais quase sempre existe uma relação cotidiana com uma comunidade em estado de vulnerabilidade social, é preciso estar atento a todo momento ao perigo do estabelecimento de relações de poder entre os alunos e professores universitários (*designers*) e os beneficiários da comunidade. É necessário entender que o trabalho envolvendo realidades sociais díspares deve estabelecer um ambiente de troca de experiências de vida e de conhecimento. Acredita-se na potência de invenção latente

nas relações geradas pela fricção entre o erudito e o conhecimento popular. Muitos resultados positivos do ponto de vista coletivo, social e pessoal, são difíceis de mensurar, mas precisam também ser mapeados e agregados aos resultados qualitativos positivos dos projetos.

O objetivo essencial deste tipo de projeto, que faz parte do programa Asas, é também estabelecer uma rede de trocas desierarquizada e compreender que todos aprendem e ampliam os seus horizontes ao longo das experiências. Nesses projetos de extensão, a consciência da atuação política deve ser evocada a todo momento para que a construção das tecnologias sociais não aconteça de forma consciente apenas no nível técnico e burocrático, que é um risco evidente dentro das estruturas acadêmicas.

Alguns movimentos, iniciativas e campanhas reúnem-se em torno do princípio da igualdade, outros em torno do princípio da diferença. A teoria da tradução é o procedimento que possibilita a sua mutual inteligibilidade. Tornar mutuamente inteligível significa identificar o que une e é comum a entidades que estão separadas pelas suas diferenças recíprocas. (SANTOS, B. S. S., 2006, p.198)

Segundo Boaventura de Souza Santos, a construção do cosmopolitismo, que se assenta no procedimento de tradução, requer uma inteligibilidade mútua, que é pré-requisito do que o autor chamaria “a mistura, autorreflexiva e interna, da política da igualdade e da política da diferença no seio dos movimentos, das iniciativas, das campanhas ou das redes.” (SANTOS, 2006, p.198)

O autor trata aqui da luta contra-hegemônica, o que também chamamos de biopotência, que são práticas de manifesto, ou programas claros e inequívocos, de alianças que são possíveis porque se baseiam em denominadores comuns, objetivos comuns, e são mobilizadoras porque produzem uma ação positiva, isto é, porque conferem vantagens específicas a todos os que participam nelas em função do seu grau de participação. Todos devem ganhar neste processo de troca, que deve ser equilibrado, gerando benefícios, não num sentido capitalista exclusivamente do termo, mas num sentido mais amplo, que engloba a generosidade e a solidariedade humana dentro de um movimento de tradução, invenção e formulação de tecnologia social. Desenvolvendo projetos de extensão, aliados a pesquisas que desloquem e aprimorem constantemente o fazer, pretende-se gerar, por meio do encontro de instituições, profissionais e pessoas de realidades sociais e culturais diversas, atos que se dão como biopotência, que resistem aos mecanismos do biopoder estabelecido pelas relações perversas do capital contemporâneo. Acredita-se numa nova forma de militância criativa, num outro *design*.

Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. (...) Todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona com cada vez maior clareza é a biopotência do coletivo e a riqueza biopolítica da multidão. (PELBART, P. P., 2003, p.139)

Em países de terceiro mundo, segundo Maldonado (1993: 83), é precisamente onde a indústria manufatureira é quase inexistente

e o discurso relativo ao desenho industrial assume significado, no melhor dos casos apenas programático. Seria preciso rever o tradicional papel do *designer* voltado apenas para o mercado, num país onde existem altos índices de pobreza e exclusão social.

Vivendo em regiões metropolitanas cravadas de bolsões de pobreza e favelas, é muito importante que formemos *designers* preparados para atuar com *design* social. Segundo Margolin:

Estudantes de *design* social terão de aprender mais sobre as necessidades sociais e como elas são resolvidas atualmente por profissionais de assistência. (...) Eles também necessitam de um conhecimento maior de sociologia, psicologia e políticas públicas. Até onde sabemos, nenhum programa de universidade treina especificamente *designers* sociais. (MARGOLIN & MARGOLIN, 2004: 47)

É possível que em 2004, quando o texto de Margolin foi escrito, a situação do *design* atrelado ao artesanato estivesse um pouco diferente da que se encontra nos dias atuais. Foi exatamente neste momento que a extensão universitária começou a ganhar uma dimensão compatível com a realidade cotidiana da população brasileira e passaram a surgir possibilidades acadêmicas frutíferas para participação de ações em comunidades com projetos de capacitação em *design* e artesanato.

As diretrizes conceituais que norteiam as nossas ações no Asas estão diretamente relacionadas com a importância do papel social do *designer*, enquanto parte de um mecanismo de desenvolvimento sustentável com responsabilidade social, no qual o foco está nas possíveis metodologias que possibilitem o ingresso de *designers* em ambientes sociais.

Acredita-se numa nova forma de militância criativa, num outro *design*, menos autoral e estético, e mais político e ético. Uma frase que representa claramente o que acreditamos por extensão universitária e possui um movimento intelectual bastante sutil que nos orienta vem do pensador Richard Sennet (2008: p.9): “fazer é pensar”. É isso! A extensão nos possibilita realizar ações que alimentam o pensamento e, assim, num ciclo contínuo, surgem teorias que aprimoram e reinventam as práticas.

Para finalizar, é preciso dizer que estamos totalmente alinhados com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, não acreditamos em ações assistencialistas e muito menos nas relações hierarquizadas com relação às comunidades:

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo. (...) através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política. (...) A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores. (...) Esse tipo de extensão – que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) – já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica. Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e

popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (Plano Nacional de Extensão Universitária – Edição Atualizada. Brasil, 2000 / 2001. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC.p.03)

A extensão não deve transferir ou repassar conhecimento; deve construir conhecimento coletivamente num ambiente de troca constante, incluindo o ensino e a pesquisa. Ao mesmo tempo, acreditamos que uma pesquisa precisa funcionar, servir para alguma coisa que realmente transforme a vida das pessoas ou melhore as condições de habitabilidade no mundo. “É isso, uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significativo. É preciso que sirva, é preciso que funcione.” (DELEUZE, 2006, p.267)

Referências

BAVA, Tecnologia social e desenvolvimento social. In: *Tecnologia social* – uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. Sao Paulo: Boitempo, 2007.

DELEUZE, G. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

HARDT & NEGRI. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LASSANCE JÚNIOR, A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 2004.

PELBART, P. P. *Vida capital*. Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

OLIVEIRA, B.; RENA, N. S. A. Capacitação em artesanato e design no aglomerado da Serra: gerando tecnologia social com intuito de empoderar a comunidade beneficiária. In: *Sétimo Seminário de Extensão Universitária da Universidade Fumec*, 2010, Belo Horizonte. Cadernos de Artigos 2009. Belo Horizonte : Universidade Fumec, 2010. v. 1. p. 7-117.

RENA, N. S. A. *Territórios aglomerados*. 1. ed. Belo Horizonte: Universidade Fumec, 2010. v. 1000.

RENA, N. S. A. (Org.) ; PONTES, J. (Org.) . *Asas – Artesanato solidário no aglomerado da Serra*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade FUMEC, 2009.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENNET, R. *O artifício*. Rio de Janeiro: Editora Recor, 2008.

Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza

Siulmara Cristina Galera¹

Magda Moura de Almeida²

Rosina Ribeiro Gabrielle³

Luciana Passos Aragão⁴

Lara Ribeiro Santiago Freitas⁵

João Bastos Freire Neto⁶

Introdução

O envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo de maneira acentuada. Estima-se que a faixa etária de 60 anos ou mais passará de 5% da população total, em 1960, para 14%, em 2025,

¹ Professora assistente do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza (Unifor). Coordenadora do estágio supervisionado em atenção à saúde do idoso do Curso de Medicina Unifor. Doutora em Cirurgia (área de concentração Metabolismo e estresse) – UFC. Mestre em Medicina (área de concentração Cardiologia) – UFPR. Especialista em Geriatria e Gerontologia – PUC/RS e SBGG/AMB. scgalera@uol.com.br

Colaboradores:

² Professora assistente e Coordenadora do internato em saúde coletiva do Curso de Medicina da Unifor. Mestre em Saúde Pública – UFC.

³ Preceptora do estágio supervisionado em atenção à saúde do idoso do Curso de Medicina da Unifor. Mestranda em Saúde coletiva da Unifor.

⁴ Professora assistente do Curso de Medicina da Unifor. Mestre em Saúde Coletiva – UFC

⁵ Professora auxiliar do Curso de Medicina da Unifor. Especialista em Medicina Família e Comunidade.

⁶ Professor assistente do Curso de Medicina da Unifor. Especialista em Geriatria SBGG/AMB

quando o Brasil apresentará uma proporção de idosos semelhante ao registrado atualmente nos países desenvolvidos (GARCEZ-LEME; LEME; ESPINO, 2005; PARAHYBA; SIMÕES, 2006).

O processo de envelhecimento tem sido mais relatado nas regiões mais desenvolvidas do país, porém um aumento expressivo e rápido da população idosa tem ocorrido nas últimas décadas em regiões com indicadores socioeconômicos mais desfavoráveis e cujas estruturas etárias apresentam caracteristicamente maior proporção de jovens (COELHO FILHO; RAMOS, 1999). No Ceará, o percentual de idosos atual é de 9,8%, representando envelhecimento acentuado da população (IBGE, 2010).

O envelhecimento da população brasileira é acompanhado por transformações epidemiológicas e sociais que em outros países levaram a um aumento na necessidade de instituições de longa permanência para idosos. Muitas vezes as instituições de caráter asilar são a única opção para idosos e suas famílias e ainda apresentam taxas muito baixas em nosso meio, em torno de 1% (CHAYMOWICZ; GRECO, 1999; YAMAMOTO; DIOGO, 2002; DAVIM *et al.*, 2004).

Em face desse aumento da população idosa, um desafio apresenta-se como fundamental: assegurar que as pessoas atinjam idades avançadas de forma ativa e saudável. A concretização desse objetivo tem-se tornado cada vez mais possível, nas últimas décadas, em decorrência do notável avanço no entendimento dos mecanismos biológicos implicados na senilidade (ALMADA FILHO, 2002; PARAHYBA; SIMÕES, 2006).

Dessa forma, é imperativo que os profissionais da área de saúde sejam capacitados para o atendimento com excelência dessa

população. As atividades de formação dos profissionais da área de saúde no âmbito da Instituição de Longa Permanência para Idosos contribuem para o pensar e o agir coletivos dos discentes em busca do conhecimento e de soluções no processo de aprendizagem, além de propiciar aprendizado no atendimento interdisciplinar (MOTTA; AGUIAR, 2007).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Medicina (2001), especialmente nos artigos 3º, 7º, 9º e 12º, há necessidade de que o formando egresso tenha um aprendizado no atendimento das diversas populações dos ciclos da vida (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001).

Essa necessidade de treinamento em serviço do estudante de Medicina para realizar um atendimento adequado à população idosa, associada à metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (*PBL – Problem Based Learning*), em que o ensino é centrado no aluno, levou os autores a elaborarem um projeto de treinamento em serviço, numa Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e em ambulatórios especializados (MOTTA; AGUIAR, 2007; WOOD, 2003; DONNER; BICKLEY, 1993; SCHMIDT, 1983).

Desenvolvimento do projeto

Cenários de prática

O projeto foi desenvolvido em dois cenários, sendo predominante na Instituição de Longa Permanência denominada Lar Torres de Melo (LTM), na cidade de Fortaleza, e no Núcleo de Atenção Médica

Integrada (Nami), unidade secundária da Universidade de Fortaleza (Unifor). A ideia foi aproveitar a estrutura já existente e aperfeiçoá-la.

O LTM possui 105 leitos de enfermagem masculina e feminina, ocupados permanentemente por idosos dependentes e por mais 135 moradores institucionalizados. Além disso, conta com serviços de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Assistência Social, Nutrição e médico. Atualmente esses atendimentos são realizados em parceria com os cursos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade de Fortaleza, conforme convênio assinado em 2010 entre o LTM e a Unifor.

O Nami possui atendimento médico em diversas especialidades, além de atendimento nas áreas de Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Assistência Social. Possui também um laboratório de análises clínicas e serviço básico de radiologia e ultrassonografia. Nesta unidade há ambulatório especializado de Geriatria. O laboratório de análises clínicas, o serviço de radiologia/ultrassonografia e o ambulatório de outras especialidades são utilizados pelos indivíduos institucionalizados, quando necessário.

Programa do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso (internato) tem carga horária de 165 horas/estágio com duração de um mês, período integral para alunos do 9º ao 12º semestre do Curso de Medicina da Unifor.

O objetivo geral é capacitar o formando/egresso profissional a realizar prevenção, diagnóstico e tratamento do indivíduo idoso no nível da Atenção Primária de Saúde. Destacando-se o cuidado integral e continuado destes pacientes, de modo que o estudante compreenda as peculiaridades do processo do envelhecimento e seu aspecto multidimensional, além das questões relacionadas à terminalidade nos seus aspectos psicológico, ético e bioético, e realizar interface com Atenção Secundária.

Os internos realizam as seguintes atividades durante o estágio supervisionado de Atenção à Saúde do Idoso:

1. Atividades de enfermaria (Lar Torres de Melo);
2. Atividades de ambulatório I (Lar Torres de Melo);
3. Atividades de ambulatório II (Nami-Unifor);
4. Atividades teóricas (Lar Torres de Melo, Nami-Unifor).

Atividades de enfermaria no Lar Torres de Melo

Cada interno fica responsável por 5 (cinco) pacientes na enfermaria e durante o período do estágio, devendo realizar avaliação e acompanhamento clínico diário que inclui anamnese, exame físico, solicitação de exames complementares, evolução e prescrição diária de segunda-feira a sexta-feira. Todas as atividades são supervisionadas e orientadas pelo tutor/supervisor.

As visitas clínicas são realizadas duas vezes por semana: cada interno deve selecionar os casos mais relevantes, com interesse didático ou com questionamentos em relação a diagnóstico e conduta.

Uma vez por semana há uma reunião com a equipe multidisciplinar para discutir os aspectos do tratamento não farmacológico, tendo como objetivo um atendimento integrado do paciente.

Os horários de enfermaria do período da tarde são reservados para a resolução dos problemas pendentes dos pacientes. O número de pacientes por interno é mantido durante todo o estágio, podendo, em algumas circunstâncias, ser aumentado. Caso o paciente, por algum motivo, se ausente da instituição, será colocado outro sob a responsabilidade do interno.

Atividades de ambulatório I e II no Lar Torres de Melo e no Nami/Unifor

Cada interno é responsável pelo atendimento de pacientes previamente agendados e de casos mais urgentes, se houver necessidade, sendo que todo o atendimento realizado é feito sob orientação e supervisão do preceptor. Ao final dos atendimentos é realizada uma discussão final dos casos atendidos.

Atividades teóricas no Lar Torres de Melo e no Nami/Unifor

As atividades teóricas são desenvolvidas no LTM e no Nami e constam de uma reunião científica com os outros internos do Internato de Saúde Coletiva e com Residentes de Medicina Família e Comunidade. Nesta ocasião é preparado, por um preceptor convidado, um tema para explanação e discussão. Uma sessão

clínica com revisão de temas é a atividade semanal em que um interno apresenta caso médico relevante que está acompanhando na instituição e após a discussão é feita uma revisão teórica sobre o diagnóstico principal. Ainda como atividade teórica, com o objetivo de treinar o aluno para a realização de provas de residência, semanalmente o interno recebe um número de questões para resolver e, na ocasião da atividade, deverá comparecer com a resolução para discussão com preceptor.

Avaliação do ensino-aprendizagem

Os alunos/internos são avaliados continuamente pelos professores/preceptores, que, ao final do estágio, emitem uma nota conforme definido:

1. Avaliação do estágio (peso 6): esta nota é a média das notas dos preceptores/tutores que acompanharam o interno durante o período de estágio, sendo utilizado instrumento padronizado. É uma avaliação longitudinal;
2. Avaliação por método de observação direta (peso 3): aplicação do instrumento Miniexercício Clínico Avaliativo (Miniex ou Mini-CEX) por um dos preceptores/tutores (MEGALE; GONTIJO; MOTTA, 2009);
3. Avaliação do Livro de Registro de Atividades (*Logbook*) (peso 1): o interno deverá preencher um Livro de Registro (*Logbook*) de suas atividades, que será apresentado ao coordenador/preceptor no fim do estágio para avaliação das atividades realizadas.

A realização de *Objective structured clinical examination* (Osce) e/ou testes cognitivos tem função formativa, não sendo utilizada para a computação da nota final. (TRONCON, 1996; HARDEM, 1975).

A nota final é a média da avaliação do estágio (peso 6) + nota do Miniex (peso 3) + nota do Livro de Registro de Atividades (peso 1). Para aprovação no estágio, a nota oficial é definida para todos os estágios: nota 7,0 (sete). É realizado um *feedback* individual e coletivo pelos preceptores e pela coordenação do estágio, durante o decorrer e no fim de cada estágio, e/ou quando se fizer necessário.

Resultados obtidos

Houve uma resistência inicial dos alunos, questionando a realização e a viabilidade de um estágio numa Instituição de Longa Permanência. Existiam dúvidas se as atividades seriam suficientes e se o aproveitamento seria adequado. Mantido o projeto inicial, foi realizada uma sondagem de opinião dos internos/estagiários com aplicação de um instrumento de avaliação próprio no fim de cada mês. Os resultados observados foram animadores, com aprovação do estágio pelos internos.

Com a implantação desse estágio em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos observou-se um interesse maior do interno/estagiário pelo paciente idoso, tendo um envolvimento que foi além da técnica, com um grau de aprendizado surpreendente. Ao assumir integralmente o cuidado de um idoso, o interno/estagiário sentiu-se valorizado, com uma responsabilidade maior – o que

incentivou o estudo e aprendizado. Além disso, a utilização dos espaços das Instituições de Longa Permanência para Idosos como campo de treinamento em serviço melhorou acentuadamente a qualidade do atendimento a esses idosos, com consequente melhoria de sua qualidade de vida.

Referências bibliográficas

ALMADA FILHO, C. M. Antioxidantes e radicais livres. *In*: FREITAS, E. V.; PY, L.; NERI, A. L.; CANÇADO, F. A. X.; GORZONI, M. L.; ROCHA, S. M. *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. cap. 89, p. 744 - 748.

CHAYMOVICZ, F.; GRECO, D. Dinâmica da institucionalização de idosos em Belo Horizonte, BRASIL. *Revista de Saúde Pública*, v. 33, n. 5, p. 454 - 460, 1999.

COELHO FILHO, J. M.; RAMOS, L. R. Epidemiologia do envelhecimento no Nordeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. *Revista de Saúde Pública*, v. 33, n. 5, p. 445 - 453, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. *Resolução CNE/CES nº 4/2001- Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina*. Brasília, 2001.

DAVIM, R. M.; TORRES, G. V.; DANTAS, S. M. M.; LIMA, V. M. Estudo com idosos de instituições asilares no município de Natal/RN: características socioeconômicas e de saúde. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 12, n. 3, p. 518 - 524, 2004.

DONNER, R.S.; BICKLEY, H. Problem-based learning in american medical education. *Bulletin of the Medical Library Association*, v. 81, p. 294 -298, 1993.

GARCEZ-LEME, L. E.; LEME, M. D.; ESPINO, D. V. Geriatrics in Brazil: a big country with big opportunities. *Journal of American Geriatrics Society*, v. 53, p. 2018 - 2022, 2005.

HARDEM, R. M. *Assesment of clinical competence using objective strutured clinical examination. BMJ 1*, p 447-451, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: 2010*. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/> Acesso em: 18 mar. 2011.

MEGALE, L.; GONTIJO, E. D.; MOTTA, J. A. C. Avaliação de competência clínica em Estudantes de Medicina pelo Miniexercício Clínico Avaliativo (Miniex). *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 33, n. 2, p. 166-175, 2009.

MOTTA, L. B. AGUIAR, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, p. 363-372, 2007.

PARAHYBA M. I.; SIMÕES, C. C. S. A prevalência de incapacidade funcional em idosos no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 11, n. 4, p. 967-974, 2006.

SCHMIDT, H.G. Problem-based learning: rationale and description. *Medical Education*, v. 17, p. 11-16, 1983.

TRONCON, L. E. A. Avaliação do Estudante de Medicina. *Medicina*, v. 29, p. 429-439, 1996.

WOOD, DF. Problem Based Learning. *British Medical Journal*, v. 326, p. 328-330, 2003.

YAMAMOTO, A.; DIOGO, M. J. D. Os idosos e as instituições asilares do município de Campinas. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, v. 10, n. 5, p. 660-666, 2002.

Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim

Líliá Maia de Moraes Sales¹
Mariana Almeida de Sousa²

Quando criança, eu queria ser a Mulher Maravilha. Admirava muito a sua coragem, a sua força, a sua capacidade de resolver os problemas adquiridos por alguém ou pelo menos pelos acontecimentos que havia ao seu redor (...). Com o passar do tempo, fui percebendo que não poderia ser a Mulher Maravilha (...). (Rosa, Mulher da Paz).

1. Introdução

O projeto Flores do Bom Jardim objetiva o empoderamento³ feminino por meio da promoção de cursos de capacitação em áreas profissionalizantes e cursos preparatórios para acesso ao ensino

¹ Pós-doutoranda pela Universidade de Columbia (Nova Iorque). Coordenadora do Projeto Mulheres da Paz (2009 – 2010) e do Projeto Flores do Bom Jardim (2010-). Professora titular da Universidade de Fortaleza, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito – mestrado e doutorado/Unifor. E-mail: lilia@unifor.br.

² Mestranda em Direito Constitucional Público pela Unifor. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Advogada. Professora do Projeto Mulheres da Paz (2009-2010). E-mail: maribondoas@hotmail.com.

³ Ver citação 21 e item 2.3. (Nota da Coordenação Editorial).

superior de qualidade, sempre abordando transversalmente a temática da mediação como mecanismo de solução de conflitos, tendo como público-alvo mulheres participantes do projeto ‘Mulheres da Paz’ , bem como outras residentes no Grande Bom Jardim⁴. A ideia de se criar esse novo projeto surgiu com experiência obtida a partir da convivência diária com mulheres integrantes do projeto “Mulheres da Paz” que, executado pela Universidade de Fortaleza (Unifor) entre maio de 2009 e setembro de 2010, destinou-se, de forma direta, à capacitação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos de 300 mulheres moradoras da região do Grande Bom Jardim, denominada pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) “Território de Paz”. As mulheres, uma vez capacitadas, indicaram jovens em conflito com a lei no sentido de encaminhá-los para que tivessem a oportunidade de mudar suas vidas.

⁴ A região do Grande Bom Jardim, situada na zona metropolitana da capital cearense, é coordenada pela Secretaria Executiva Regional V (SER V), que atua, ainda, em outros 12 bairros próximos, o que reúne um expressivo contingente populacional de 570 mil habitantes, dos quais 180 mil, aproximadamente, residem na área do Grande Bom Jardim. Essa área, periférica por localização e classificação, é composta pelos bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho, Siqueira e Bom Jardim, além de outras dezenas de comunidades, e se constitui em uma área cujos índices de criminalidade e insegurança são elevados e severamente preocupantes. O Grande Bom Jardim é um bairro sensível, vulnerável, propenso ao surgimento de situações de conflito, que ocorrem proporcionalmente à sua densidade demográfica e expansão geográfica. Pelas razões aludidas, o referido bairro foi contemplado com o desenvolvimento do projeto Mulheres da Paz.

A execução do projeto foi feita de forma a estimular as mulheres na busca do conhecimento e na elevação da própria autoestima. O interesse (aguçado pelas aulas expositivas da capacitação) em obter conhecimento por parte das mulheres foi progressivo e, com isso, foi crescendo a vontade de aprender mais e transformar suas realidades. A experiência de ressignificar valores sobre juventude, segurança, resolução de conflitos por meio de diálogo e, especialmente, a experiência de presenciar a mudança na vida de outras pessoas, a partir de suas ações ou mesmo por palavras, trouxe a essas mulheres a vontade de modificar definitivamente suas vidas.

Foram muitos os pedidos por meio de cartas, ou mesmo oralmente, no sentido de a Unifor dar continuidade às suas ações. Tudo isso despertou na equipe a ideia de continuar os trabalhos até então desenvolvidos com um projeto ao qual se decidiu nomear “Flores do Bom Jardim”; a fim de que as mulheres pudessem continuar com perspectivas positivas, empoderando-as e possibilitando o seu aperfeiçoamento em áreas de estudo ou profissionalizantes que mais lhes interessassem. O termo Flores faz referência às mulheres (e as denominará nesse texto, preservando, assim as suas identidades), e Bom Jardim, ao lugar em que vivem. Assim, junto a todos os resultados obtidos pelo projeto “Mulheres da Paz”; nasceu o projeto “Flores do Bom Jardim.

2. Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim

2.1 Considerações sobre a condição da mulher

A condição vivida pela mulher no decorrer da história mundial⁵ foi fortemente marcada por supostos traços de inferioridade em relação ao homem. Em muitos países, as mulheres historicamente receberam, por meio de legislações e costumes, tratamentos diferenciados, limitando-as em direitos e liberdades, subjugando-as ao sexo masculino.

Diferenças claras no tocante a liberdade de estudo, de profissão, de escolha de casamento, a liberdade sexual, de exercício direitos/deveres de cidadão (votar e ser votado, por exemplo), de compra e venda, foram estabelecidas ao longo dos tempos em várias civilizações, impedindo a mulher de exercer integralmente o seu direito de dignidade⁶.

⁵ Sobre assuntos relacionados à condição de inferioridade imposta à mulher, ver: SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença*. QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher*. STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo – Diálogos interdisciplinares*. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite – Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad). Em 2008, o economista André Urani, sócio-fundador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), desenvolveu uma análise comparativa sobre a evolução das condições de vida, entre 1993 e 2008, nas dez principais regiões metropolitanas do país, chegando à conclusão de que a pobreza entre as mulheres é bem mais evidente. <http://blog.controversia.com.br/2010/01/30/a-extrema-pobreza-feminina/>. Acesso em: 6 mar. 2011.

O “nascer mulher” foi, por muito tempo (ainda hoje permanece, porém, com menor intensidade), motivo de infelicidade e símbolo de fraqueza de uma família. Só o “homem” perpetua o nome da família. O filho homem, no entanto, sempre fora motivo de festa e celebração⁷. Carole Pateman (1993, p. 16-17), no tocante à subjugação sexual, por exemplo, afirma que a

dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação.

O Movimento Feminista, iniciado nas civilizações ocidentais a partir de meados do século XIX, trouxe a necessidade de expressão da mulher. Reivindicava direitos iguais e equânimes, libertando a mulher de regras ou ideias opressoras baseadas no pensamento de que o gênero feminino é inferior ao masculino. Para se entender melhor a evolução do pensamento feminista, é importante considerar,

⁷ O diálogo travado entre Arnold Bennett e Virginia Woolf em 1920 deu origem a um escrito chamado de “O status intelectual da mulher”. Neste, Bennett afirma o seguinte: *Alguém pode citar o nome de uma mulher de valor reconhecido no campo da filosofia, ou o nome de uma mulher que tenha feito uma descoberta científica de grande importância, ou chegado a qualquer teoria geral importante? (...) Embora seja verdade que uma pequena porcentagem das mulheres sejam tão inteligentes quanto os homens inteligentes, o intelecto é uma especialidade masculina.* Ainda, sobre a desigualdade de gêneros e a falta de liberdades em favor das mulheres, ler: FLORESTA, Nísia: *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (obra escrita na época em que a grande maioria das mulheres vivia enclausurada em preconceitos – 1832). Ler, ainda: WOLLSTONECRAFT, Mary: *A vindication of the rights of woman.*

conforme Maggie Humm (1992, p. 278), as chamadas “três ondas” do movimento feminista⁸.

A primeira onda, ocorrida no século XIX e início do século XX, foi marcada por movimentos no Reino Unido e nos Estados Unidos e os objetivos principais eram focados na questão da igualdade entre sexos em questões de direito privado (como contrato e propriedade), além da livre escolha por parte das mulheres em relação aos seus maridos (fim dos casamentos arranjados). Já no fim do século XIX e início do século XX, o movimento feminista teve como meta principal a conquista dos direitos políticos, em especial o direito de votar.

A segunda onda, de duração aproximada de vinte anos, teve início nos anos de 1960 e fim por volta de 1980. Tem a característica de ser uma fase de transição entre a primeira e a segunda ondas. Deu-se destaque à luta pelos direitos políticos, em especial ao movimento das *suffragettes*, além do estímulo dado as mulheres de se politizarem e da necessidade de pensarem criticamente sobre os assuntos de governo⁹.

⁸ Sobre a segunda onda do movimento feminista, há interessantes estudos: IMELDA, Whelehan. *Modern feminist thought: from the second wave to "post-feminism"*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995. Hanisch, *New Intro to "The Personal is Political" - Second Wave and Beyond. The Personal Is Political*.

⁹ Para fins de aprofundamento do assunto: ECHOLS, Alice. *Daring to be bad: radical feminism in America, 1967-1975*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. 416 p; PRICE, Janet. *Feminist theory and the body: a reader*. New York: Routledge, 1999; Butler, Judith (March 1992). "Feminism in any other name". *Differences* 6: 30. MESSER-DAVIDOW, Ellen. *Disciplining feminism: from social activism to academic discourse*. Durham N.C.: Duke University Press, 2002.

Por fim, a terceira onda, desenvolvida a partir do início da década de 1990, tem como desafio evitar certos conceitos que foram se solidificando nas primeiras duas ondas. Ora, como na primeira e segunda ondas dos movimentos feministas, as mulheres militantes eram basicamente mulheres brancas e de classe média ou alta, alguns dos princípios basilares do feminismo ficaram circunscritos aos interesses destas, não dando a devida importância às experiências tidas por mulheres de outra cor ou classe social.

No Brasil, o movimento feminista também teve suas origens no século XIX e, na atualidade, além do direito ao voto, algumas mudanças relevantes marcam o progresso do papel da mulher. Exemplos disso são o art. 5º, inciso I, e o art. 226, § 5º, da Constituição Federal de 1988. O primeiro prescreve que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.” Já o segundo preleciona que “os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.” O feminismo conseguiu modificar especialmente os pontos de vista preponderantes nas mais variadas áreas da sociedade ocidental. As mulheres, em prol dos ideais feministas, promoveram movimentos em favor dos mais diversos direitos (propriedade, voto, contrato), além da proteção de mulheres, adolescentes e crianças do sexo feminino contra a violência doméstica e crimes contra a liberdade sexual¹⁰.

¹⁰ Acerca dos elementos componentes do gênero: SCOTT, Joan: *Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução: SOS CORPO. Recife-PE. 1989.

Iniciou-se o estudo de gênero. Não mais se referiam ao sexo exclusivamente. Mas ao gênero. O termo gênero passou a ser usado como uma forma de escapar do determinismo biológico da palavra sexo (destino de nascer homem ou mulher), além de reestruturar a história, a partir da revisita da posição da mulher na sociedade. Joan Scott conceitua o gênero como elemento de constituição das relações sociais e, conforme a historiadora, o gênero compõe-se de quatro elementos principais.

O primeiro elemento são os símbolos, de múltiplas e, por vezes, contraditórias representações (Maria – pureza e virgindade; Eva – pecado). Em seguida vêm os conceitos normativos geralmente expressos em doutrinas religiosas, pondo em destaque interpretações limitadoras dos símbolos, bem como suas contradições (pureza x pecado; forte x fraco; feminino x masculino). O terceiro elemento são as organizações sociais (política, educação, saúde, família, mercado de trabalho). E, finalmente, tem-se a identidade subjetiva, que se atém mais ao indivíduo, que definirá sua forma de reagir ao que lhe é atribuído por ser considerado destino¹¹.

¹¹ Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad). Em 2008, o economista André Urani, sócio-fundador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), desenvolveu uma análise comparativa sobre a evolução das condições de vida, entre 1993 e 2008, nas dez principais regiões metropolitanas do país, chegando à conclusão de que a pobreza entre as mulheres é bem mais evidente. <http://blog.controversia.com.br/2010/01/30/a-extrema-pobreza-feminina/> Acesso em: 6 mar. 2011.

A dinâmica dos quatro elementos é capaz, pois, de formar papéis na sociedade, crenças individuais e generalizadas, valores e, em especial, relações de poder. Quando uma criança nasce, por exemplo, já se sabe (uma espécie de destino) qual será seu papel na sociedade e como ela será tratada, a depender de ter nascido homem ou mulher. Isso é mais notório em culturas como as iraquianas, afegãs, somalis, mas também existente na cultura ocidental.

Apesar das mudanças já ocorridas, muitas situações de discriminação ainda permanecem. Pesquisas atuais¹² feitas no Brasil, por exemplo, demonstram que a mulher possui condição financeira inferior à do homem, recebe salários mais baixos, mesmo assumindo o mesmo cargo, e vive em maior precariedade de saúde e educação.

Tal situação evidencia que, apesar de tantas lutas travadas em prol da igualdade entre os gêneros, a mulher ainda ocupa, em muitos casos, mesmo nos dias de hoje, uma posição de subalternidade, dado o seu *status* econômico, social e político, se comparado com o dos homens.

¹² Pesquisa realizada pelo Instituto Avon e pelo Ibope mostra que a violência doméstica está no topo de um ranking dos temores da brasileira (56%), preocupando mais que Aids e câncer de mama. Fonte: www.institutoavon.org.br/2010. Acesso em: 18 mar. 2011.

Pode-se dizer que, em determinados aspectos, no Brasil, a mulher ainda é tratada como foi no passado. Essa percepção explica a violência doméstica¹³ e o tráfico de mulheres¹⁴ no Brasil. Pesquisa realizada em 2009, a partir de opinião pública nacional, por telefone, pelo Instituto de Pesquisa do Senado Federal (Data Senado – Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal) sobre violência doméstica aponta que: de cada 827 mulheres, 515 não denunciam o agressor porque a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) não permite que se retire a queixa; 60% das mulheres entrevistadas afirmam que a violência contra a mulher aumentou; e, do total de mulheres brasileiras, 19% sofrem violência doméstica¹⁵. Pesquisas realizadas pelo Escritório

¹³ *The smuggling of migrants and the trafficking of human beings for prostitution and slave labour have become two of the fastest growing worldwide problems in recent years. The Global Programme Against Trafficking in Human Beings will enable countries of origin, transit and destination to develop joint strategies and practical action against the trade in human beings.* A questão dos emigrantes e o tráfico de seres humanos para a prostituição e o trabalho escravo têm se tornados dois dos mais crescentes e mais rápidos problemas do mundo atual nos últimos anos. O programa contra o tráfico de seres humanos permitirá que países de origem, de trânsito e de destino desenvolvam juntos estratégias e ações práticas de enfrentamento ao comércio de seres humanos. [Tradução livre] ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA DROGAS E CRIMES (Unodc). *Tráfico de seres humanos no Brasil*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/crime_prevention.html>. Acesso em: 18 mar. 2011.

¹⁴ Pesquisa de opinião pública nacional – Violência doméstica e familiar contra a mulher. *Data Senado – Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal*. Fevereiro/2009. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/datasenado/DataSenado-PesquisaViolencia_Domestica_e_Familiar_contra_a_Mulher.pdf. Acesso em: 28 mar. 2011.

¹⁵ UNODC – *Relatório Trafficking in Persons to Europe for Sexual Exploitation* (Tráfico de Pessoas na Europa para fins de Exploração Sexual). Apresentado em 29 de julho de 2010. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_TIP/Publicacoes/TiP_Europe_EN_LORES.pdf. Acesso em: 28 mar. 2011.

das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (Unodc) demonstram que o número de pessoas traficadas no mundo é de 140 mil ao ano e que, desse total, 84% são mulheres traficadas para fins de exploração sexual¹⁶. Nos dizeres de Hahner (1978, p. 112), a mulher “ainda traz nos pulsos as marcas dos grilhões; ainda não ocupa o lugar a que tem direito como poderoso agente do progresso social”. Mesmo se forem consideradas as mudanças ocorridas nos últimos anos, que apontam mulheres brasileiras em cargos de destaque, inclusive nacionais, essas ainda não foram suficientes para tornar esses casos algo comum. Se levantada a quantidade de altos postos que a mulher ocupa atualmente¹⁶¹⁷¹⁸, ela representa uma parcela

¹⁶ Conforme reportagem em página virtual, as mulheres brasileiras, hoje, representam apenas 12,5% do total de pessoas que trabalham no mercado tecnológico. Tudo sobre marketing digital. 18 de março de 2011. Disponível em: <http://tudosobremarketingdigital.wordpress.com/2011/03/18/mulheres-sao-minoria-no-mercado-brasileiro-de-tecnologia/> Acesso em: 28 mar. 2011.

¹⁷ De acordo com dados do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), as mulheres compõem mais de 51% do eleitorado brasileiro. Entretanto o direito de ser votada ainda não é exercido inteiramente, como demonstram os dados das candidaturas femininas apresentadas pelos partidos políticos nas eleições de 2010. Apenas 22,4% do total das candidaturas eram pertencentes a mulheres. Última atualização em 1º de outubro de 2010. Disponível em: www.tse.gov.br. Acesso em: 28 mar. 2011.

¹⁸ Em pesquisa realizada pelo IBGE, demonstra-se que 34,9% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Mas apenas 47,2% ocupam vagas em cargos de chefia no mercado de trabalho, contra 68,6% dos homens (2008). Dados retirados do jornal O Globo, de 9/10/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/10/08/ibge-34-9-das-mulheres-sao-chefes-de-familia-767959955.asp> Acesso em: 28 mar. 2011.

ínfima da população feminina e demonstra que a mulher brasileira ainda padece de muitas privações, a exemplo da problemática da feminização da pobreza¹⁹.

Simone De Beauvoir, uma das pioneiras sobre o estudo da mulher e do feminismo, que percebia o temor por parte de homens e mulheres machistas de sua época (viveu entre os anos de 1908 e 1986), já discutia a ideia de que nascer mulher não basta para ser mulher.

A mulher é considerada como “o Outro”, e Simone De Beauvoir afirma que não é o Outro que, autodefinindo-se como Outro, define o Um; ele é posto como Outro pelo Um, definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme em Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De Beauvoir faz um alerta às mulheres que, em alguns casos, podem se tornar cúmplices da própria submissão (DE BEAUVOIR, 1980). Nota-se, pois, que, historicamente, as representações da mulher não esporadicamente a colocam em uma posição secundária e até subalterna.

¹⁹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em interessante reportagem em seu website, define a feminização da pobreza como as afirmações de que as mulheres são a maioria entre os pobres e de que sua renda não acompanha a dos homens. Fonte: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3020&lay=pde. Acesso em: 18 mar. 2011.

2.2 A criação do Projeto “Flores do Bom Jardim” a partir da experiência vivida pelas “Mulheres da Paz”

A experiência em trabalhar no projeto “Mulheres da Paz”²⁰ fez surgir a oportunidade de conhecer a realidade da mulher não apenas por meio de estatísticas ou livros e artigos científicos, mas a partir de histórias de vida contadas por mulheres reais, integrantes do projeto. A partir do contato por meio de aulas de capacitação e do acompanhamento técnico diário, identificou-se, em muitos casos, sofrimento na vida dessas mulheres, demonstrando diversos tipos de violência decorrentes da desigualdade de gênero que confirmavam as estatísticas expressas pelos órgãos oficiais.

Durante as discussões em sala de aula sobre desigualdade de gênero e violência, solicitamos a participação ativa dessas mulheres no debate. Como a discussão foi muito rica, solicitamos a elaboração

²⁰ Instituído no mês de abril de 2009, o projeto Mulheres da Paz foi implantado pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) como um mecanismo de capacitação de mulheres, líderes comunitárias em sua maioria, voltado à promoção de valores como ética e cidadania, no intuito de transformá-las em agentes multiplicadoras do conhecimento adquirido. Este projeto foi elaborado pelo Ministério da Justiça e realizado pela Universidade de Fortaleza. Contou ainda com o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico com a concessão de 6 (seis) bolsas de apoio técnico. Ao todo, 300 mulheres foram selecionadas como participantes dessa iniciativa, todas residentes em áreas de vulnerabilidade social. Elas tinham a responsabilidade de participar das aulas do curso de capacitação (400h/a) desenvolvido pela Universidade de Fortaleza, e por indicar e acompanhar jovens, entre 15 e 24 anos, também residentes na região do Bom Jardim, para participação em outros projetos desenvolvidos pelo Pronasci. A Universidade de Fortaleza selecionou, ministrou o curso e contratou equipe técnica multidisciplinar para acompanhar o trabalho das mulheres da paz. O projeto terminou em setembro de 2010. O curso e as atividades realizados pela Unifor, por meio do projeto Mulheres da Paz, apresentaram como temáticas o recorte de gênero, direitos humanos e mediação de conflitos, alcançando objetivo fundamental: resgatar a dignidade perdida ou escondida pelo manto do medo que fora tecido pela exclusão.

de redações com as histórias que estavam sendo contadas. Com o tema “Sofri por ser mulher”, abriu-se um espaço para expressar o sofrimento que estava, quase em sua totalidade, atrelado à posição de subalternidade em relação ao homem. Disseram elas:

Sofri por ser mulher, pois só servi ao meu patrão para satisfazer aos seus caprichos sexuais. Falei novamente com ele, que me mandou fazer o aborto, pois queria conservar o bom nome da sua família e sua reputação social. Abortei, e ele me demitiu da firma, pois não queria que acontecessem mais problemas. (Açucena, Mulher da Paz).

Sofri por ser mulher, pois tive filho muito cedo e, apesar de ter marido comigo, criei meus filhos sozinha, pois, para meu marido, a obrigação de educá-los e ensiná-los a se vestir, comer, tomar banho são tarefas da mulher, e a tarefa dos homens é apenas suprir as necessidades básicas. Quando chega do trabalho quer tudo pronto e ainda uma mulher cheia de amor para dar. (Beladona, Mulher da Paz).

Lutei com todas as minhas forças. Mas era uma luta desigual. Um homem de uns 45 anos, forte, contra uma menina de 8 anos de idade, raquítica e indefesa. Durante um longo tempo da minha vida a última vez que me viram sorrir foi antes de entrar naquela maldita casa (...). Hoje sou grata, pois tenho a oportunidade de ajudar pessoas que sofrem ou já sofreram esse e outros tipos de agressão. São meninas jovens e adultas. Hoje posso mostrar para elas não as minhas feridas, mas as minhas cicatrizes, mostrando que nunca é tarde para se recompor, nunca é tarde para sonhar, nunca é tarde para ser feliz. (Camélia, Mulher da Paz).

Foi desalentador saber que mulheres reais, aparentemente frágeis ou não, escondiam sofrimentos e violência que, para muitos, só se vê em ficção. Mais triste ainda foi ter o conhecimento de que considerável parte dessas mulheres, antes do projeto “Mulheres da Paz”, compreendia que as circunstâncias penosas pelas quais passaram eram simples contingência da vida, especialmente por terem nascido mulheres.

Quando sofri abuso sexual do meu padrasto e contei à minha mãe, primeiro ela não acreditou. Depois disse que eu, como mulher, tinha que aguentar o tranco – (Crisântemo, Mulher da Paz).

Assim, começamos a desenvolver atividades cada vez mais participativas, com o intuito de iniciar a consolidação e efetivação de um conceito que entendíamos fundamental para o adequado desenvolvimento do projeto, o empoderamento feminino.

2.3 O processo de empoderamento das “Mulheres da Paz” – alguns passos

Empoderamento, palavra derivada do inglês *empowerment*, é um termo conceituado no Dicionário Oxford como: 1. *authorize, license*. 2. *give power to* (autorizar, permitir, dar poder a). No entanto, esse conceito contradiz a ideia de empoderamento estudado por profissionais das ciências sociais, uma vez que, nesse caso, empoderamento significa avanço, conquista e superação por parte do próprio sujeito ativo do processo, ou seja, aquele que se empodera. Uma das primeiras pessoas (senão a primeira) a tratar desse conceito no Brasil foi Paulo Freire²¹.

Superar as desigualdades de gênero é um dos primeiros passos para o desenvolvimento do empoderamento da mulher. No entanto, a igualdade de direitos, ou seja, a igualdade jurídica (que tem como um de seus marcos iniciais a 1ª Convenção para o Direito das Mulheres,

²¹ Para maiores informações sobre o conceito de empoderamento e as lições de Paulo Freire sobre empoderamento: VALOURA, Leila: Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. Disponível em: http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf Acesso em: 25 mar. 2011. Ainda: FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido, 1992.

em 1848), que foi, por vários anos, o núcleo do movimento feminista, ainda não conseguiu efetivação plena, mesmo com a expressa determinação constitucional “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (art. 5º, I, CF/88) e em algumas legislações específicas²².

A prática cotidiana do respeito a esse direito/garantia fundamental da igualdade e da não discriminação exige uma mudança de comportamento masculino e feminino. A atitude feminina, assim, protagonizando essa mudança, é decisiva para o progresso e a consolidação do papel da mulher como sujeito de direitos e de transformação social.

O empoderamento feminino, por meio da valorização e da capacitação feminina, é necessário para o avanço da posição da mulher, integrando-a às estruturas de poder existentes na sociedade.

De acordo com Nelly Stromquist, são cinco as etapas do empoderamento: (1) construção de uma autoimagem e confiança positiva; (2) desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; (3) construção da coesão de grupo; (4) promoção da tomada de decisões; (5) ação.

As fases de empoderamento foram perceptíveis ao longo do projeto “Mulheres da Paz”. O aprimoramento contínuo da relação entre a equipe e as mulheres, das mulheres entre si e das mulheres com elas mesmas iniciou a construção de uma autoimagem e confiança positiva.

²² Ver Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), art. 231, §1º; Código Penal (que trata do tráfico de mulheres); Decreto-Lei nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, o qual aprova a política nacional de enfrentamento ao tráfico, estabelecendo princípios, diretrizes gerais e específicas, assim como as principais ações para enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Depois que fiz esse curso, me sinto fortalecida, tenho segurança na voz, nas palavras, já conseguir resolver problemas das pessoas com sucesso". (Íris – Mulher da Paz).

"Passei a maior parte da minha infância sendo abusada... se fosse hoje, como que eu sei de direitos humanos, com certeza seria tudo diferente". (Orquídea – Mulher da Paz).

O desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente foi notado com o passar de cada encontro, nas aulas de capacitação²³.

²³ As aulas de capacitação aconteceram de agosto de 2009 a maio de 2010, com três encontros semanais. Pensou-se em uma metodologia com um número não muito expressivo de professores, tendo em vista a necessidade de criar uma estreita ligação entre as mulheres e os profissionais. Esse vínculo foi fundamental para a credibilidade do projeto, bem como para o estabelecimento da confiança, o que resultou em um compromisso por parte das mulheres (assiduidade, pontualidade, participação nas aulas e execução das tarefas). Além disso, foi adotada uma metodologia que exigia participação ativa das mulheres, inclusive com a elaboração de conteúdo didático. O compromisso com a pedagogia da autonomia (Paulo Freire), garantiu a inclusão e o desenvolvimento de pensamento crítico. Ressalta-se o empoderamento, ao passo que o conhecimento obtido ao longo dos nove meses de curso foi fundamental para mudar o rumo da vida de muitas mulheres. O acompanhamento diário das mulheres pela equipe técnica multidisciplinar e qualificada foi fundamental para a execução das atividades adequadas por parte delas. As atividades da psicóloga permitiram o acompanhamento das mulheres na lida com dificuldades psicológicas em geral. A prática do diário de bordo, onde as mulheres escreviam sobre o seu dia a dia, funcionou como uma atividade terapêutica e, ainda, para colocar assuntos em discussão coletiva. As atividades da assistente social, da pedagoga e da socióloga possibilitaram a garantia de informações gerais sobre como dar encaminhamentos às situações enfrentadas pelas mulheres. O trabalho com a assessoria da advogada permitiu o contínuo esclarecimento sobre todas as dúvidas jurídicas que surgiam a partir do curso e das atividades práticas das mulheres. O trabalho da equipe multidisciplinar inspirou tanto as mulheres que nas redações sobre os sonhos futuros, quando se apontou para o ingresso em cursos universitários, a grande maioria almejou os cursos relacionados aos das profissionais da equipe técnica. Todas as atividades desenvolvidas pela mulheres eram discutidas e acompanhadas por essa equipe. A elaboração da cartilha da rede social auxiliou as mulheres com informações sobre todos os equipamentos sociais na região do Grande Bom Jardim, o que facilitou imensamente o seu trabalho.

Através desse curso mudei meus hábitos e passei a acreditar em mim, passei a acreditar que eu posso fazer a diferença (...) não posso ficar parada, insensível e indiferente, não posso fracassar. Eu aprendi a acreditar. (Camélia – Mulher da Paz).

As atividades diárias contribuíram para o desenvolvimento da construção de coesão entre os grupos. Importa considerar as atitudes das mulheres no começo do projeto. Nas primeiras semanas de capacitação, algumas delas, por exemplo, demonstraram ansiedade em que a aula terminasse cedo ou a tempo de buscar seus filhos na escola ou de concluir os afazeres domésticos.

A partir do contínuo contato com a equipe, as mulheres tiveram a percepção de que estavam aprendendo e discutindo assuntos nunca antes suscitados e passaram a “encontrar” tempo. Não raramente solicitavam aos professores para irem além do horário previsto, pois a gana por conhecimento aumentava a cada dia.

A ressignificação de experiências foi um ponto importante tanto para a construção de uma autoimagem e confiança positiva como para a promoção da tomada de decisões. Os sofrimentos de suas vidas, por exemplo, eram compreendidos como “algo sobre o que não se podia falar”. Isso acontecia porque as mulheres avaliavam-nos pelo menos sob duas perspectivas: contingências da vida de mulher e, por isso, deveriam “aceitar caladas”; ou reconhecendo-as como situações injustas, tendo em vista a sua inércia em reagir, eram motivos de vergonha.

Durante o curso, as mulheres iniciaram um processo de fala, de comunicação e de troca de experiências que permitiu a exposição

dessas situações. Os momentos de violência enfrentados por elas foram discutidos, debatidos e avaliados. Uma vez falados, iniciou-se um processo de ressignificação dessas experiências. As mulheres, vítimas de violência, passaram a ser protagonistas de uma nova história: a prevenção da violência contra a mulher ou de quaisquer de suas colegas. Por terem vivenciado experiências trágicas, elas não só podiam como deviam impedir que outras mulheres vivenciassem situações parecidas. Esse processo permitiu a muitas delas o sentimento de superação, o que provocou mudanças de atitude. Começaram a ter orgulho de expor e discutir essa superação e a vontade de ajudar mulheres e adolescentes que passam pelas mesmas situações (violência doméstica, violência sexual, submissão aos empregadores por medo de perder seus trabalhos etc.) tornou-se cada vez mais evidente.

O que antes não se permitia ser falado, agora se “falava” e, com isso, as mulheres evitavam que o mesmo acontecesse com suas colegas de classe e outras conhecidas.

Depois de superado todo o abuso e sofrimento por que passei, hoje tenho a oportunidade de ajudar mulheres que sofrem ou já sofreram esse e outros tipos de agressão. (Camélia, Mulher da Paz).

Vê-se claramente a perspectiva da ação, a quinta dimensão do empoderamento. O aprimoramento das ações das mulheres na construção do “autofortalecimento” e da ação permitiu uma mudança forte nas atitudes. Ressalta-se que, no início do curso, verificou-se que as mulheres não possuíam sonhos ou, pelo menos assim diziam, crendo que sonhos são inúteis e supérfluos, dada a suposta impossibilidade de realizá-los.

Teve um tempo na minha vida que parei de sonhar. Foi um tempo ruim. Mas esse tempo agora ficou para trás. (Camélia, Mulher da Paz).

Com o conhecimento obtido (acerca de diversas temáticas, como: Direitos da Mulher, Direitos Humanos, Direito do Trabalho e Família), bem como a capacitação em mediação de conflitos, as mulheres nutriram um sentimento de autoempoderamento, acreditando que sonhos são, sim, possíveis, consolidando a habilidade de pensar criticamente e de agir.

Aprendi que nem tudo precisa ir ao Judiciário, podemos resolver através de um acordo entre as partes, onde ninguém perde: os dois ganham. (Hortênsia – Mulher da Paz).

A mediação de conflitos foi muito importante, pois agora eu tenho uma noção de como lidar com os conflitos e diminuir a violência. (Dália – Mulher da Paz).

Muitas passaram, assim, a cultivar esses sonhos. Sonhos de ingressar na universidade ou de encontrar melhores espaços no mercado de trabalho. Antes dependentes financeiramente dos maridos, almejavam melhores condições de vida a partir da autonomia financeira.

Verificou-se, assim, que, à medida que as mulheres adquiriam mais conhecimentos, mais se enquadravam em todos os padrões de empoderamento, como: bem-estar; acesso aos recursos; conscientização; participação; controle. Ultrapassadas tais fases, os resultados normalmente são a maior igualdade entre os sexos e a elevação da autoestima (STROMQUIST, 1998).

A ação passou a fazer parte da vida de muitas dessas mulheres, ou seja, além da consciência de seu estado como sujeito de direitos e do desenvolvimento de um pensamento crítico, a mulher deve agir para assumir uma posição de destaque na sociedade.

O empoderamento pelo conhecimento construído ao longo dos nove meses de curso foi fundamental para mudar o rumo da vida de muitas mulheres.

O curso de Direitos Humanos abriu minha mente para conhecer os direitos das crianças, dos idosos e outros (...) muitas vezes perdemos os nossos direitos por não saber a quem procurar. (Liz – Mulher da Paz).

Através desse curso aprendi a lutar pelos meus direitos de cidadania, ampliei meus conhecimentos sobre as leis que nos beneficiam e nos protegem. (Margarida – Mulher da Paz).

Aprendi que uma mulher tem o direito de ser bem mais que uma simples dona de casa sem perder sua dignidade e sem deixar de assumir seus compromissos familiares. (Margarida, Mulher da Paz).

2.4. Os sonhos das “Mulheres da Paz” e a necessidade de implantação de um novo projeto: “Flores do Bom Jardim”

Em depoimentos à Universidade de Fortaleza, as mulheres expressaram que, depois do projeto “Mulheres da Paz”, elas voltaram a pensar em ter uma carreira profissional ou, pelo menos, trabalhar em atividades em que pudessem auferir renda. Eram sonhos que brotavam a partir da consciência de que elas podiam *ter* e, principalmente, *ser mais*.

Posso afirmar que o curso veio para enriquecer o pouco conhecimento que eu tinha. Muitas coisas foram esclarecidas e eu passei a saber que eu tenho direitos que não só estão escritos no papel, mas que eu posso ir atrás e conseguir obtê-los na prática. Direitos que, como cidadã, eu possuo. (Amarílis, Mulher da Paz).

O projeto “Mulheres da Paz” me fez ser mais pensativa e ver a vida como ela é, sem máscara, sem ilusões. Esse curso fez com que eu tivesse uma visão melhor do mundo, pois fez com que eu organizasse minhas ideias. Agora tenho a minha opinião formada sem precisar seguir a dos outros. (Zínia, Mulher da Paz).

Algumas delas relataram em seus depoimentos o desejo de percorrer uma carreira profissional a partir do ingresso em uma instituição de nível superior:

Adoro sonhar, mesmo sabendo que é difícil realizá-los. Vivo deles. Sonho um dia fazer minha faculdade, fazer um curso de Políticas Públicas. (Hortênsia, Mulher da Paz).

Tenho e sempre tive vontade de fazer Serviço Social. Esse é o meu sonho, mas muitas coisas me fizeram adormecê-lo e com este projeto veio junto o meu sonho que agora ressurgiu como nunca. (Áster, Mulher da Paz).

O meu maior sonho nesse momento é prestar vestibular este ano e passar numa faculdade de Jornalismo. É difícil para a gente que mora onde mora, tem a luta que tem e não tem condições financeiras de entrar numa faculdade. Eu sei que pela minha mãe, se ela pudesse, eu estaria na faculdade. Eu sei que vou conseguir, porque eu quero! (Girassol, Mulher da Paz).

Outras mulheres sonham auferir renda a partir de serviços prestados em sua comunidade (feitura de comidas, atuar como cabeleireira etc)

ou mesmo em empresas de outras localidades da cidade, a fim de conquistarem salários mediante a prestação de um serviço técnico qualificado e, o mais importante, de forma digna:

Meu sonho é, com certeza, futuramente ter um emprego e adquirir com ele novos conhecimentos. (Margarida, Mulher da Paz).

Agora eu tenho muitos sonhos, mas dois deles em especial: o primeiro é ver a minha comunidade com verdadeiros cidadãos. O outro é ter uma profissão, ou até cursar uma faculdade para poder dar um futuro melhor para meus filhos e meu irmão, que tem problemas mentais. (Alfazema, Mulher da Paz).

Conforme mencionado, pretendeu-se com tal projeto formar oficinas de aprendizado, organizadas a partir de cursos profissionalizantes ou preparatórios para o ingresso ao ensino superior, que abririam as portas para o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e às universidades. A avidez, por parte das “Mulheres da Paz”, por um novo curso tornou-se evidente. Uma delas, ao relatar seu sonho, escreveu o seguinte:

O meu sonho é que, após esse projeto, surjam outros com finalidade semelhante e que as “Mulheres da Paz” não sejam esquecidas. Pelo contrário, que nós possamos dar continuidade a esse progresso, pois é valoroso. (Tulipa, Mulher da Paz).

Três cursos já foram aprovados para financiamento: telemarketing, auxiliar administrativo e técnico em secretariado. Já foram submetidos os cursos de pré-vestibular, artes da beleza, gastronomia e costura. Todos com base nos textos que as “Mulheres da Paz”, agora “Flores do Bom Jardim”, elaboraram.

O processo de empoderamento da mulher traz à tona um novo significado de poder e o projeto “Flores do Bom Jardim” tem o condão de ser uma ferramenta de auxílio à construção de uma nova concepção sobre o que é ser mulher para as moradoras do bairro do Grande Bom Jardim. O projeto pode ser visto como um mecanismo de criação de responsabilidades compartilhadas (entre mulher e homem), assumindo um viés democrático no atual sistema de direitos, já que as mulheres, em sua maioria, possuem fortemente a necessidade de formação profissional continuada, capaz de inseri-las no mercado de trabalho.

3. Conclusão

O empoderamento dessas mulheres deu-lhes, de uma só vez, a compreensão de sua condição de subordinação atrelada à necessidade de se fazer escolhas, mesmo que suas opções desagradem expectativas enraizadas por uma sociedade predominantemente machista.

A experiência obtida a partir da convivência com as mulheres foi responsável por progressos impressionantes. Os professores não só ensinavam e repassavam conhecimento às mulheres, mas, principalmente, aprendiam muitas lições provenientes da rica vivência daquelas mulheres sobre as mais variadas temáticas. E se questionaram sobre quem, na realidade, eram os professores, já que as “Mulheres da Paz” assumiam o papel de verdadeiras mestras na vida de cada um da equipe que com elas convivia.

O projeto Flores do Bom Jardim, mais que promover o conhecimento por meio de cursos técnicos e de aprendizado, tem o objetivo de potencializar o progresso na vida de mulheres que poderão, a partir da inserção no mercado de trabalho de forma qualificada, sair da condição de submissão e subalternidade em relação ao homem e exercer efetivamente o papel de cidadãs, como pessoas livres e independentes.

Simone De Beauvoir (1980) afirmou em seu livro *O segundo sexo* que enquanto o homem e a mulher não se reconhecerem como semelhantes, enquanto não se respeitarem como pessoas em que, do ponto de vista social, político e econômico, não há a menor diferença, os seres humanos estarão condenados a não verem o que têm de melhor: a sua liberdade.

A partir da execução do projeto “Flores do Bom Jardim” daremos continuidade à troca de conhecimentos e experiências entre as mulheres, além de proporcionar-lhes a oportunidade de crescer ainda mais, desta vez ascendendo-as ao mercado de trabalho competitivo da atualidade.

O trabalho feito a partir do projeto poderá ser capaz de transformar o *jardim*, o Bom Jardim. Abrirá possibilidades para que as mulheres, *as flores*, desabrochem para uma nova vida: uma vida com mais expectativas, esperanças e sonhos. Sonhos possíveis de alcançar.

4. Referências

ABATE, Frank. *The Oxford Dictionary and Thesaurus American Edition*. New York, Oxford: Oxford University Press. Inc, 1996.

ARAUJO, Paulo Magalhães (Org.). *Desigualdade de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. São Paulo: Argumentvm, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

DATA Senado – Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal. Pesquisa de Opinião Pública Nacional – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Fevereiro/2009. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Violencia_Domestica_e_Familiar_contra_a_Mulher.pdf . Acesso em: 28 mar. 2011.

DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DE BEAUVOIR, Simone. *La femme indépendante*. Extraits du deuxième sexe. Paris: Gallimard, 2008.

DEERE, Carmen Diana. *O empoderamento da mulher*. São Paulo: Companhia dos Livros, 2002.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Tradução: de Ângela Lobo de Andrade – Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e gênero*. São Paulo: Autêntica, 2006.

HAHNER, June E. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. HUMM, Maggie. *The dictionary of feminist theory*. Columbus: Ohio State University Press, 1990.

Mas as crianças, Senhor!? Contra a discriminação de gênero. Disponível em: <http://masascriancassr.universolusofono.org/contra-a-discriminacao-de-genero/> Acesso em: 26 mar. 2011.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Elogio da diferença*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. *Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher*.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução: SOS CORPO. Recife-PE. 1989 .

STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo – Diálogos interdisciplinares*. Florianópolis: EDUNISC, 2007.

REVISTA VEJA. Em uma sociedade onde o gênero é tudo, meninas se transformam em meninos. Por The New York Times. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/quando-o-genero-e-tudo-meninas-serao-meninos-no-afeganistao/imprimir> Acesso em: 28 mar. 2011.

RODRIGUES, Eduardo Dalla Costa. *Negligência familiar – o que eu aprendo, eu ensino*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/43213/1/Negligencia-Familiar-o-que-eu-aprendo-eu-ensino/pagina1.html>. Acesso em: 28 mar. 2011.

SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica*. Florianópolis: Edusc, 2003.

STROMQUIST, Nelly. *La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación*. In: Magdalena León, Poder y empoderamiento de mujeres, UN, Facultad de Ciencias Humanas, T/M Editores, Santa Fé de Bogotá, 1998.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica. *O que é violência contra a mulher?* São Paulo: Brasiliense, 2002.

THEY took me and they told me nothing – female genital mutilation in Iraq Kurdistan. *Human Rights Watch*, 2010. Disponível em: <http://www.hrw.org/en/reports/2010/06/16/they-took-me-and-told-me-nothing>. Acesso em: 28 mar. 2011.

UNODC – *Relatório Trafficking in persons to Europe for sexual exploitation* (Tráfico de pessoas na Europa para fins de exploração sexual). Apresentado em 29 de julho de 2010. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_TIP/Publicacoes/TiP_Europe_EN_LORES.pdf Acesso em 28 mar. 2011.

VALOURA, Leila. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador*. Disponível em: http://www.paulofreire.org/pub/Crpf/CrpfAcervo000120/Paulo_Freire_e_o_conceito_de_empoderamento.pdf Acesso em 25 mar. 2011.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *A vindication of the rights of woman*. London – J.M. Dent & Sons Ltd; New York: E.P. Dutton & Co. Inc, 1919.

WOOLF, Virginia. *O status intelectual da mulher*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

Normas para apresentação dos originais

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), por meio do *ABMES Cadernos*, publicará trabalhos sobre temas e questões de interesse específico das instituições de ensino superior associadas, os quais deverão ser submetidos à aprovação da Diretoria da ABMES.

Os trabalhos devem ser inéditos e enviados para a publicação no *ABMES Cadernos*, observando as seguintes normas.

1. Título acompanhado do subtítulo, quando for o caso, claro, objetivo e sem abreviaturas.
2. Nome do autor e colaboradores por extenso, em itálico e negrito, com chamada (*) para rodapé, onde serão indicadas credenciais escolhidas pelo autor.
3. Dados sobre o autor – nome completo, endereço para correspondência, telefone, fax, e-mail, vinculação institucional, cargo, área de interesse, últimas publicações.
4. Resumo de dez linhas que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões.
5. Texto digitado em espaço duplo, fonte 12, versão *Word 7.0* ou superior, evitando tipos inclinados e de fantasia. Salvo casos absolutamente excepcionais e justificados, os originais não devem ultrapassar o limite de 15 a 20 páginas digitadas. O texto deverá ser enviado por e-mail (abmes@abmes.org.br).

6. Os títulos e subtítulos devem ser claramente identificados e hierarquizados por meio de recursos sucessivos de destaque, tais como: caixa alta (letra maiúscula) com sublinha; caixa alta sem sublinha; caixa alta e baixa com sublinha; caixa alta e baixa sem sublinha.
7. As citações a autores, no correr do texto, bem como nas referências bibliográficas, devem seguir as orientações da NBR10520 (Citações em documentos) e NBR6023 (Elaboração de referências).
8. As citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser iniciadas em letra maiúscula e as seguintes em minúscula, mas quando não houver a chamada na sentença, devem ser apresentados entre parênteses e com todos os caracteres em letras maiúsculas. Exemplo: De acordo com Barbosa (2002, p.26), "o protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". Ou: "O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas principalmente pelos representantes da Igreja Romana". (BARBOSA, 2002, p.26) E, ainda na citação da citação: Analisando a marcha abolicionista no Brasil, perguntou-se à época: "o que nós queremos que o Brasil se torne? Para que é que trabalhamos todos nós, os que, com a opinião dirigimos seus destinos?" (RODRIGUES, 1871 apud BARBOSA, 2002, p. 115).

9. Obras do mesmo autor e do mesmo ano devem ser ordenadas em ordem alfabética, seguidas de letras do alfabeto: 1997a, 1997b, 1997c, discriminado-as, no corpo do texto, sempre que forem citadas.
10. Notas exclusivamente de natureza substantiva devem ser numeradas sequencialmente.
11. A primeira citação de nome ou título que tenha siglas e abreviações deverá aparecer registrada por extenso, seguido da sigla colocada entre parênteses. Se a sigla tiver até três letras ou se todas as letras forem pronunciadas devem-se gafar todas as letras da sigla em maiúsculas. Exemplo: CEF, MEC, BNDES, INSS. E as siglas de mais de três letras formando palavras devem aparecer em caixa alta e baixa. Exemplo: Unesco, Semesp, Funadesp.
12. As citações diretas, no texto, de mais de três linhas devem ser colocadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, na fonte 10, espaço simples e sem aspas.
13. As palavras e/ou expressões em língua estrangeira devem aparecer em itálico.

Exemplos de Referências

1. Livros

DIAS, Gonçalves. *Gonçalves Dias: poesia*. Organizada por Manuel Bandeira. Revisão crítica por Maximiano de Carvalho e Silva. 11.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983. 175p.

BARBOSA, José Carlos. *Negro não entra na igreja: espia na banda de fora. Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002. 221p.

COLASANTI, Marina. *Esse amor de todos nós*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. 231p.

OLIVEIRA, José Palazzo et al. *Linguagem APL*. Porto Alegre: CPGCC da UFRGS, 1973. 15p.

2. Artigos em revistas

MOURA, Alexandrina Sobreira de. Direito de habitação às classes de baixa renda. *Ciência & Trópico*, Recife, v.11, n.1, p.71-78, jan./jun. 1983.

METODOLOGIA do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 162, p. 323-330, abr./jun. 1980.

3. Artigos em jornais

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985. Caderno B, p. 6.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 mar. 1985. p.11, c. 4.

4. Leis, decretos e portarias

BRASIL. Lei n.º 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera legislação tributária federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Seção 1 p.13.

5. Parte de monografias

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975. In: LIMA, O . B.; ABRANCHES, S. H. (Org.). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice, 1987.

6. Teses, dissertações e trabalhos acadêmicos

MORGADO, M. L.C. *Reimplante dentário*. 1990. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Odontologia, Universidade Camilo Castelo Branco, São Paulo, 1990.

O envio de trabalhos implica cessão de direitos autorais para o *ABMES Cadernos*.

Serão fornecidos ao autor principal de cada artigo 10 (dez) exemplares do número do *ABMES Cadernos*.

Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores.

Esta obra foi composta em Univers 45 Light e impressa nas oficinas da Athalaia Gráfica e Editora Ltda, no sistema off-set sobre papel polén soft 80g/m² miolo, com capa em papel Couchê Fosco 180g/m² para a ABMES, em junho de 2009. Athalaia Gráfica e Editora Ltda. Fone: 61 3344-1002 – Fax: 61 3344-2827 e-mail (athalaia@athalaia.com.br).